

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA**

**TAINAH DE MELO SOUZA**

**A INTERVENÇÃO DO CREAS FRENTE À VIOLENCIA SEXUAL CONTRA  
CRIANÇAS E ADOLESCENTES: EM FOCO A REALIDADE DE SÃO BORJA**

**São Borja**

**2018**

**TAINAH DE MELO SOUZA**

**A INTERVENÇÃO DO CREAS FRENTE À VIOLENCIA SEXUAL CONTRA  
CRIANÇAS E ADOLESCENTES: EM FOCO A REALIDADE DE SÃO BORJA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Monique Soares Vieira.

**São Borja**

**2018**

**TAINAH DE MELO SOUZA**

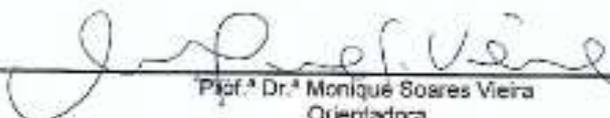
**A INTERVENÇÃO DO CREAS FRENTE À VIOLENCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: EM FOCO A REALIDADE DE SÃO BORJA**

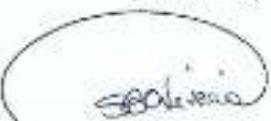
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 10 de dezembro de 2018

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 10 de Dezembro de 2018

Banca Examinadora:

  
Prof.ª Dr.ª Monique Soares Vieira  
Orientadora  
(UNIPAMPA)

  
Prof.ª Dr.ª Simone Barros de Oliveira  
(UNIPAMPA)

  
Assistente Social, Esp. Tiago Gola da Rocha

Dedico este trabalho a todas as crianças e adolescentes em especial, de São Borja que um dia viveram sobre medos e angustias em virtude de um abuso sexual. Que essa batalha diária nunca acabe e que seus sonhos se concretizem para uma vida de novos sonhos.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a ti meu Deus por ter me amparado nessa caminhada, me proporcionando crescer nesses quatro anos de formação. Ao me sustentar com coragem e determinação para seguir um caminho de aprendizagem pessoal e profissional, pois, foi na tua força que eu encontrei animo e coragem pra chegar até aqui.

Agradecer ao meu pai Ernesto que nunca mediu esforço para me ensinar o que era certo ou errado, saiba pai que essa conquista é mais tua que minha, pois com teu amor eu consegui. Agradeço a minha mãe pelo dom da vida, por ter me ajudado sempre que precisei, e por ter acreditado em mim, meu eterno amor e gratidão a ti. Agradeço ao meu irmão por ter vindo nesse momento muito importante da minha vida, a graduação e saiba que essa conquista é pra ti também *“meu gordinho”*.

Agradeço ao meu amor Vinicius por todo teu apoio, compreensão, companheirismo, paciência, por ter ficado sempre comigo nas horas mais difíceis, por ter sido um grande incentivador para que eu não desanimasse e por transmitir seu carinho e afeto em abraços apertados quando eu mais precisava. Muito obrigada, eu te amo demais.

Agradeço a Profa Dra Simone Barros de Oliveira, por ter aceito esse convite tão importante pra mim, saiba que tenho uma enorme admiração pela profissional que és, pois, é uma pessoa maravilhosa, muito obrigada pela paciência, confiança, responsabilidade e dedicação que teve comigo no decorrer dos processos da faculdade.

Agradeço ao excelente “colega” assistente social Tiago Goia da Rocha, por ser esse ser humano impar, pessoa linda e de um coração gigantesco. Obrigada por todo teu apoio e ajuda, pelas conversas que só somaram pro meu entendimento profissional e pessoal. E por ter aceitado participar desse momento tão importante da minha formação.

Agradeço a minha orientadora e Prof.a Dr.a Monique Vieira, por tudo, por ter sido compreensiva comigo quando mais precisei, pela tua incansável dedicação comigo, por cada risada e histórias pra descontrair, não tenho palavras pra te agradecer pelo amparo, muito obrigada por ter aceitado me orientar em TCC I e II,

cada encontro e puxão de orelha fizeram toda diferença nesses dias preocupante, acho que palavras são poucas para te agradecer.

Agradeço muito a cada professor (a) que passaram pela minha formação profissional, vocês foram o eixo principal para todas as descobertas e inquietações que fizeram ascender essa vontade de ser um profissional assistente social. Meu muito obrigada por cada compartilhamento de sabedoria.

Agradeço imensamente a equipe do CREAS de São Borja, onde pude viver momentos de aprendizagem e crescimento. Estagiar nessa instituição cheia de vida e com profissionais que dão o seu melhor todos os dias, pelas trocas de experiências, e por terem me tratado como uma colega de profissão, realmente foi sim, inexplicável.

Agradeço aos meus amigos de vida, que sempre estiveram comigo, que sempre me incentivaram a não desistir. Saibam que todos vocês são importantes pra mim. As minhas melhores amigas Ana Rita e Stéfanie, vocês também foram essenciais para que eu conseguisse chegar até aqui, pois em vocês eu me espelhei e sonhei com essa conquista. Muito obrigada minhas “Para Sempre ♥”.

Agradeço as amigas que a UNIPAMPA me proporcionou Kiscilla Karolina T. Rodrigues, Letícia Souza Brum e Marília Belmonte com vocês dividi as melhor risada, os melhores e piores momentos nesse percurso de graduação, levarei vocês eternamente no meu coração! Agradeço pela preocupação, paciência, confiança e acima de tudo pela amizade da qual atravessa até Estado. Sempre seremos as “*Oprecats*” meus amores!!!

Agradeço a cada funcionário da Unipampa, principalmente as “tias” da limpeza por cada bom dia dado, por cada demonstração de carinho e preocupação com os alunos. Saibam que vocês fazem toda a diferença em um dia difícil.

“Enquanto houver pobreza no mundo, nenhum homem poderá ser totalmente rico mesmo se tiver um bilhão de dólares. Toda vida é interligada, estamos presos em uma inevitável rede de reciprocidade, amarrados em único fio do destino, o que afeta diretamente a um afeta indiretamente a todos”.

Martin Luther King

## RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem a intencionalidade de discutir a violência sexual intrafamiliar proferida contra crianças e adolescentes e o seu enfrentamento pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) do município de São Borja. Nesse sentido, o objetivo central de estudo consistiu em “analisar como o atendimento do CREAS se desenvolve diante as particularidades da violência sexual infanto-juvenil que acometem as relações familiares em São Borja”. Assim foram construídos os seguintes objetivos específicos: Desvendar as particularidades nas situações de violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes atendidas pelo CREAS; Identificar quais os impactos gerados pela violência sexual contra a criança e o adolescente nas relações familiares; Estudar como vem sendo construídas intervenções profissionais do CREAS diante a complexidade da violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes. A pesquisa teve enfoque qualitativo, utilizando-se do método dialético-crítico e de suas categorias: historicidade, totalidade, contradição e mediação. O processo de coleta de dados consistiu em entrevistas semiestruturadas com profissionais que desenvolvem suas práticas interventivas no atendimento às crianças, adolescentes e suas famílias. Para analisar os dados utilizou-se a técnica de análise de conteúdo de Bardin (1977). Esta pesquisa possibilitou apreender que ainda há uma imensa necessidade de aprimoramento técnico nas discussões sobre violência sexual contra crianças e adolescentes e as estratégias para o seu atendimento. Entre os achados da pesquisa, ressalta-se o alto índice de abusos sexuais contra meninas, evidenciando que a desigualdade de gênero ainda continua sendo uma constante para perpetuação dessa expressão da violência. São diversos os desafios enfrentados pela equipe do CREAS para a constituição de um atendimento protetivo, em que se destacam: a ausência da intersetorialidade, a precarização nas condições de trabalho que acarreta no não desenvolvimento de atendimentos mediatizados e articulados, impossibilitando desta forma a integralidade na proteção.

Palavras-Chave: Violência Sexual Intrafamiliar, Crianças e Adolescentes, Política de Assistência Social, Proteção Social Especial

## **ABSTRACT**

The present work of Conclusion has the intention of discussing interfamilial sexual violence against children and adolescents and their confrontation through the Specialized Referral Center of Social Assistance (CREAS) in the municipality of São Borja. In this sense, the main objective of the study was to "analyze how the CREAS care and treatment is developed in the face of the particularities of the sexual violence of children and adolescents that affect family relationships in São Borja." Thus, the following specific objectives were built: To uncover the particularities involved in situations of interfamilial sexual violence against children and adolescents assisted by CREAS; Identify the impacts of sexual violence against children and adolescents in family relationships; To study how CREAS professional interventions have been built in view of the complexity of interfamilial sexual violence against children and adolescents. The research had a qualitative approach, using the dialectical-critical method and its categories: historicity, totality, contradiction and mediation. The process of data collection consisted of semi-structured interviews with professionals who develop their intervention practices in the care of children, adolescents and their families. To analyze the data, the technique of content analysis of Bardin (1977) was utilized. This research made it possible to understand that there is still a great need for technical improvement in the discussions on sexual violence against children and adolescents and the strategies for their care. Among the research findings, the high rate of sexual abuse against girls stands out, evidencing that gender inequality still remains a constant for the perpetuation of this expression of violence. There are several challenges faced by the CREAS team for the constitution of a protective service, in which the following are distinguished: the absence of intersectionality, the precariousness in the working conditions that entails the non-development of mediated and articulated consultations, thus precluding the integrality in the protection.

**Keywords:** Interfamilial Sexual Violence. Children and Adolescents. Social Assistance Policy. Special Social Protection.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – O processo de mediação teórico-prática nas ações interventivas do CREAS.....	66
---	----

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 – Dados Nacionais da Violência Sexual contra criança e adolescente.....	37
Quadro 2 – Denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes referente ao estado do Rio Grande do Sul.....	38
Quadro 3 – Consequências do abuso sexual.....	49

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social.

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente.

UNIPAMPA – Universidade Federal do Pampa.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>2. O CAMINHO METODOLÓGICO.....</b>	<b>17</b>
<b>2.1 MÉTODO DIALÉTICO-CRÍTICO E SUAS CATEGORIAS .....</b>	<b>19</b>
<b>2.2 CATEGORIAS EXPLICATIVAS DA REALIDADE .....</b>	<b>22</b>
<b>2.3 O PROCESSO DA PESQUISA.....</b>	<b>24</b>
<b>2.4 TIPOS DE PESQUISA .....</b>	<b>25</b>
<b>2.5 INSTRUMENTOS E TÉCNICAS .....</b>	<b>27</b>
<b>2.6 SOCIALIZAÇÃO DOS DADOS .....</b>	<b>28</b>
<b>2.7 ANÁLISE DE DADOS.....</b>	<b>29</b>
<b>3. O ATENDIMENTO DO CREAS DIANTE AS PARTICULARIDADES DA VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTO-JUVENIL EM SÃO BORJA.....</b>	<b>31</b>
<b>3.1 AS PARTICULARIDADES DO CREAS DIANTE AS CRIANÇAS E/OU ADOLESCENTES EM SUAS RELAÇÕES FAMILIARES .....</b>	<b>31</b>
<b>3.2 OS IMPACTOS GERADOS PELA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA A CRIANÇAS E ADOLESCENTES NAS RELAÇÕES FAMILIARES .....</b>	<b>45</b>
<b>3.3 AS INTERVENÇÕES PROFISSIONAIS DO CREAS DIANTE A COMPLEXIDADE DA VIOLÊNCIA SEXUAL INTRAFAMILIAR CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES.....</b>	<b>53</b>
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>71</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>75</b>
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>81</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado *A intervenção do creas frente à violência sexual contra crianças e adolescentes: em foco a realidade de são borja*, problematiza a violência sexual contra crianças e adolescentes no âmbito intrafamiliar.

O objeto que se propõe a estudar é a violência sexual contra crianças e adolescentes e como o atendimento do CREAS se desenvolve diante às particularidades da violência sexual infanto-juvenil que acometem as relações familiares em São Borja. Diante disso, fora construído o seguinte problema de pesquisa: *“Como vem se configurando o atendimento do CREAS diante as particularidades da violência sexual infanto-juvenil que acomete as relações familiares em São Borja?”*.

Como estratégia metodológica para responder ao grande questionamento da pesquisa, elaborou-se o objetivo geral buscou-se analisar como o atendimento do CREAS se desenvolve diante as particularidades da violência sexual infanto-juvenil que acometem as relações familiares em São Borja. Visando operacionalizar o objetivo geral foram construídos os objetivos específicos que intencionaram: desvendar as particularidades envolvidas nas situações de violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes atendidas pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social; Identificar quais os impactos gerados pela violência sexual contra a criança e o adolescente nas relações familiares; estudar como vem sendo construídas intervenções profissionais do CREAS diante a complexidade da violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes.

A pesquisa tem a intenção de propor ao leitor um breve entendimento do tema que procura inteirar-se de conhecimentos que facilitem a percepção na hora da leitura. O tema à violência sexual contra crianças e adolescentes teve como base a importância de abordar esse assunto que ainda nos dias atuais é velado pela nossa sociedade. A violência sexual, no entanto é um conteúdo que precisa ser debatido, pois, torna-se uma violação de direitos que acarreta inúmeros problemas para a vítima, e por se tratar de um tema muito preocupante e repleto de tabus, surgiu o interesse de abordagem dessa temática.

O interesse pelo tema violência sexual contra crianças e/ou adolescentes, manifestou-se em sala de aula foram surgindo contribuições para a realização de um trabalho de conclusão de curso que trouxessem dados de autores, pesquisadores que trabalhassem com essa realidade do abuso sexual. Este tema tem a finalidade de propor novas compreensões sobre a violência sexual, e torna um estudo onde sempre é preciso estar se discutindo com a comunidade.

Partindo dessa visão de criar um trabalho que se aborda o tema, optou-se por realizar o Estágio Curricular Obrigatório em Serviço Social no Centro de referência Especializado de Assistência Social (CREAS), no ano de 2017/2018 local onde poderia ter trocas de experiência com profissionais qualificados. Tal experiência possibilitou perceber as dificuldades vivenciadas por crianças e/ou adolescentes vítimas do abuso sexual, principalmente no que diz respeito aos protetores desse indivíduo, os pais.

O abuso sexual enquanto uma das expressões da violência sexual torna-se um tema de grande relevância para ser estudado. E visto durante o estágio no CREAS a realidade de crianças e/ou adolescentes vítimas de abuso, surgiu então à estruturação do trabalho para ser discorrido ao longo da pesquisa.

Este trabalho é composto pela introdução, contendo 3 capítulos onde as discussões estão organizadas em discorrer as particularidades, os impactos, e a intervenção profissional, seguindo das considerações finais, referências e anexos. O primeiro capítulo constitui-se como a introdução, apresentação de modo breve e geral da pesquisa.

O segundo capítulo apresenta com a metodologia utilizada para a construção da pesquisa, sendo ela uma pesquisa de cunho qualitativa, além disso, trabalhou-se com o método dialético-crítico, onde utilizou-se de um roteiro norteador para melhor compilação dos dados a serem analisados.

O terceiro capítulo possui a intencionalidade de realizar uma reflexão ao que diz respeito ao atendimento do CREAS diante as particularidades da violência sexual infanto-juvenil em São Borja, a partir desse capítulo o trabalho dividiu-se em três subtítulos.

E por fim, logo após do terceiro capítulo, encontra-se as considerações finais discorrida a partir das reflexões que possibilitam apreender o percurso traçado pelo estudo e as análises, problematizações apresentadas no capítulo 3. Diante disso, foi possível elaborar propostas para a contribuição de novos pesquisadores que

abordarão o tema violência sexual contra crianças e/ou adolescentes a entender o que é essa violência e quais seus malefícios para esses sujeitos vítimas desse abuso, e as referências tiradas de livros e artigos de profissionais e/ou pesquisadores que externam seus reconhecimentos para um público alvo.

## 2. O CAMINHO METODOLÓGICO

O presente capítulo refere-se ao item metodológico do estudo, no qual traz as etapas que permearam a execução da pesquisa, além de problematizar a importância da pesquisa para a produção do conhecimento, as contribuições e as particularidades da pesquisa no Serviço Social, tomando como prisma a centralidade do processo investigativo para a intervenção profissional do/a assistente social.

Deste modo, ressalta-se que é preciso desenvolver uma busca que contemple o assunto que será o norte para a análise, pois será mostrado como a pesquisa torna-se essencial para construir respostas que nos levem ao conhecimento. A pesquisa torna-se o marco inicial para desvendar a realidade e suas contradições, gerando novos conhecimentos, superando antigos e imprimindo outros direcionamentos para olhar a realidade em sua riqueza e multiplicidade. A pesquisa por ser um meio de trabalho transforma-se em um instrumento privilegiado no âmbito da profissão, ocasionando uma postura investigativa no exercício profissional.

A partir da pesquisa o/a assistente social torna a sua visão mais direcionada ao indagar o assunto que leva um papel muito importante na construção da formação de um/a futuro/a assistente social, é nessa pesquisa que então o/a profissional começa a utilizar dos meios de busca para elaborar uma conquista que lhe capacite condições proveitosas na elaboração das futuras descobertas.

Consideram-se a investigação e a intervenção elementos que, embora de naturezas distintas, compreendem a dialética do modo de ser da profissão, claramente expresso nas competências/atribuições profissionais. Do mesmo modo, afirmam-se a atitude investigativa e a pesquisa como parte constitutiva do exercício do assistente social, vislumbram-se os requisitos para o desenvolvimento da pesquisa científica, e, finalmente, o papel da investigação da realidade na formulação do projeto de intervenção e da intervenção propriamente dita (GUERRA, 2009, p. 02).

A atitude investigativa e a interventiva do/a assistente social possibilita a ampliação de conhecimentos científicos, bibliográficos e empíricos, desencadeando a busca não somente pela interpretação, mas também a construção de estratégias interventivas diante às diversas expressões da questão social. Dessa forma, a pesquisa concede ao profissional desenvolver habilidades, utilizar novas técnicas, conhecer o modo de vida dos seus usuários. Nesse processo de construção da

elaboração da pesquisa, o/a assistente social reinventa, reconstrói e constrói um vir a ser pra o serviço social.

Sempre que uma pesquisa é planejada e elaborada, o/a pesquisador/a precisa expor as formas que ressaltam o trabalho, como, as competências profissionais que levam o assistente social ter uma apreensão das relações sociais, das relações de trabalho como um elemento fundamental na atuação do seu exercício,

Por outro lado, não pode-se deixar de lembrar o quanto o/a profissional assistente social luta por igualdade já que vivemos em um mundo em que o capitalismo reina. Assim, o serviço social é uma profissão essencialmente investigativa e interventiva, pois ao conhecer a realidade do sujeito, propõe estratégias de intervenção. Por se tratar de uma dialética (investigação e intervenção), a pesquisa concede conhecimentos mediatos e provisórios, no qual propicia a destruição com o senso comum, por meio de uma análise crítica sobre o objeto estudado e suas conexões com o real.

Desta forma, ao falarmos da pesquisa como um instrumento para o/a profissional dessa área apontamos maneiras que nos fazem conhecer a realidade em que os indivíduos estão inseridos na sociedade, pois na pesquisa utiliza-se uma estratégia de conhecimento e tática. Em vista disso, a pesquisa contribui na avaliação e implementação de atividades, programas e políticas uma vez que ao elaborar trabalho com os sujeitos o/a profissional precisa das suas técnicas de trabalho, o que faz o serviço social ser uma profissão importantíssima para a nossa sociedade.

Esse entendimento nos desafia a analisar a formação profissional do assistente social — particularizando a dimensão investigativa — determinada pelas engrenagens capitalistas atuais em confronto com um grupo de profissionais insistentes na resistência e crítica a esses processos e defensores do projeto de formação profissional atual (MORAES, 2015, p. 300).

Nos tempos atuais muitos/as profissionais não compreendem a real forma de atuação que um(a) assistente social deve ter em relação ao seu trabalho, de como é preciso efetivar a dimensão ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativo comprometimento, trabalhar com propostas que façam surgir questionamentos, indagações sobre demandas ligadas ao serviço. Em muitas demandas o assistente social necessita buscar novas formas de intervir com o sujeito, procurar por recursos

que os façam perceber a forma como o sujeito tem se mantido nessa alienação que é o capitalismo.

Quando percebemos que muitos profissionais ao se formarem em uma instituição que procura o aceleração e não a qualidade de um futuro profissional, seja na área que for este serviço está criando “treinamentos” para o então futuro/a trabalhador/a tornando isso uma quantidade no mercado de trabalho.

Com as mudanças que ao longo dos anos foram se conduzindo à formação acadêmica nos mostra uma precarização absurda quando se tratado de profissionalismo que incide na qualidade do ensino, muitas vezes a quantidade torna-se mais importante que a qualidade e acarretando isso a um futuro de incertezas para o profissional. E quando se segue por essa linha de pensamento o trabalho será voltado para as aparências e não para a essência e para bem conhecer essa realidade, é necessário um trabalho que aplique modos de formação, preparo, competência e habilidade.

## **2.1 MÉTODO DIALÉTICO-CRÍTICO E SUAS CATEGORIAS**

Conforme GIL (2008) “Pode-se definir método como caminho para se chegar a determinado fim”. Visto que, a pesquisa quando se é explorada pelo pesquisador, o mesmo utiliza de vários conceitos para chegar a uma conclusão “exata”.

O método escolhido para o trabalho foi o dialético-critico, pois se caracteriza pelo confronto das ideias que surgiram com o conhecimento então conceitos definidos como verdadeiros, porém, em cada nova descoberta de uma pesquisa haverá novos questionamentos e tornando isso em novos conceitos. O método dialético-critico vem por anos sendo um dos mais utilizados pela pesquisa, ou seja, a dialética vem se concretizando em mudanças qualitativas.

O método dialético-critico possibilita pensar as contradições da realidade, compreende-a essencialmente como contraditória e em constante transformação (KONDER, 2008). Por essa razão, grande parte dos (as) assistentes sociais baseia-se nesse método para sua atuação profissional, tendo em vista que ele está em consonância com oitavo princípio do Código de Ética Profissional de 1993, que se refere a “Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de

uma nova ordem societária, sem dominação – exploração de classe, etnia e gênero” (CRESS, 2009, p. 27).

O método dialético-crítico permite conhecer o que está por detrás da aparência dos fenômenos. Por tanto, faz-se necessário destacar algumas categorias do método que auxiliam no entendimento e desvendamento dos fenômenos e de sua essência, bem como o impacto gerado por tais fenômenos no ambiente de trabalho do (a) assistente social e a relação do mesmo com a Questão Social.

As categorias utilizadas para este estudo foram a historicidade, a totalidade, a contradição e a mediação, cada uma contemplará a outra de maneiras a fim de aprofundar a discussão em torno do trabalho do tema. Para Cury (1995 apud Comiran, 2009, p. 82), “as categorias são conceitos básicos que pretendem refletir os aspectos gerais e essenciais do real, suas conexões e relações”.

A categoria historicidade permite fazer uma análise da história dos sujeitos, os processos particulares e sociais em que estão envolvidos. Partindo da análise de Kosik (2002, p. 217) “o sentido da história está na própria história: na história o homem se explica a si mesmo, e esse explicitamento histórico – que equivale à criação do homem e da humanidade - é o único sentido da história”.

Destaca-se que:

A natureza humana, por conseguinte, conforme o conceito que Marx tem dela, só existe na história, num processo global de transformação, que abarca todos os seus aspectos. E a história em seu conjunto, não é outra coisa se não uma transformação contínua da natureza humana (conforme se lê na Miséria da Filosofia). Exatamente porque o movimento da história é marcado por superações dialéticas, e todas as grandes mudanças há uma negação, mas, ao mesmo tempo, uma preservação (e uma elevação em nível superior) daquilo que tinha sido estabelecido antes (KONDER, 2008, p. 217).

Desta forma, estudar a fundo a categoria historicidade permite entender a atual conjuntura em que os sujeitos se inserem. “Reconhecer a historicidade do homem e dos fenômenos sociais significa admitir que existem num determinado espaço, num determinado tempo e que suas visões, instituições, leis são provisórias, mutáveis, transformáveis” (PRATES, 2003, p. 193).

No que se refere à categoria totalidade Kosik (1989, p. 43-44) menciona que “[...] totalidade não significa todos os fatos. Totalidade significa: realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer (classe de fatos,

conjunto de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido”. A totalidade em si, ela consegue olhar a particularidade do contexto no qual se insere o sujeito.

Diante disso:

Em cada ação empreendida, o ser humano se defronta, inevitavelmente, com problemas interligados. Por isso, para encaminhar uma solução para os problemas, o ser humano precisa ter certa visão do conjunto deles: é a partir da visão do conjunto que a gente pode avaliar a dimensão de cada elemento do quadro (KONDER, 2004, p. 36).

Diante disso, a totalidade é mais do que a soma das partes, ela é o todo da história dos sujeitos, a totalidade encontrasse em cada subjetividade da realidade dos indivíduos, e seus processos de mudanças perpassados para que dessa forma seja possível a ampliação da visão, compreendendo assim o fator na vida de cada sujeito.

Quanto à categoria contradição Konder (2008, p. 47) expressa que é “reconhecida pela dialética com princípio básico do movimento pelo qual os seres existem”. Importante levarmos em conta que existem contradições imbricadas na essência, como fatores econômicos, políticos e culturais.

A categoria mediação:

[...] busca por meio da análise crítica da realidade e dos fenômenos, descobrir elementos que agreguem a superação do que está posto, imbricando assim um constante procura pela essência do fenômeno (VIEIRA, 2015, p. 33).

A categoria contradição, desta forma, descreve-se como um componente importantíssimo para a nossa sociedade, pois se torna uma categoria fundamental e necessária quando o assunto é a subjetividade interna da essência em que o sujeito está ligado.

A categoria mediação no que diz respeito a Pontes (2000, p. 38) a descreve como “[...] uma das categorias centrais da dialética, inscrita no contexto da ontologia do ser social marxista, e que possui uma dupla dimensão: ontológica (que pertence ao real) e reflexiva (que é elaborada pela razão)”. A categoria mediação pode-se entender como uma técnica de sucessivas aproximações do real.

Vieira (2015, p. 34) menciona que “na teoria marxiana, é essencial para a apreensão da realidade, embora não explicitada, esta categoria é substância da própria realidade”. Porém, a mediação na sua forma de sucessivas aproximações

com o real, nem sempre, se é possível identificar as demandas de acordo com o objeto dado.

## **2.2 CATEGORIAS EXPLICATIVAS DA REALIDADE**

No presente capítulo, a família será o tema principal para a discussão e o aprofundamento para a pesquisa. Quando falamos de família, é provável que seja pensado na constituição de um pai, uma mãe e um filho(a) e nessa base familiar que sempre foi imposta a nossa sociedade patriarcal, a hierarquia do sexo masculino constantemente por sua força poder sobre o sexo feminino, conhecido historicamente como o sexo frágil da relação.

A família é vista na forma de ser um lugar onde é possível criar vínculos, fortalecer afetos, e na família o que mais se espera é que ela tenha cuidado, proteção, carinho, idealizando assim um futuro que abranja capacidade numa melhor qualidade de vida. Porém, nem sempre a família foi vista de forma zelosa e cuidadora, pois, em algumas décadas atrás, as famílias tinham outras visões em relação à formação de valores.

Há alguns anos no período colonial mais precisamente existiam famílias com diferentes padrões a serem seguidos, como por exemplo, a família nuclear, ou seja, a família tradicional que se constituía por um casal e seus filhos; a família camponesa ao contrário era gerada por membros de toda a família, marido e mulher, pais e filhos, mantendo vínculos afetivos compartilhados; a família burguesa onde quem tinha uma predominância de autoridade era sempre o pai, tendo como valores as ameaças de poder.

O machismo por estar presente no contexto histórico das famílias estabeleceu relações parentais em que o pai tinha poder acima de seus filhos, mais precisamente contra o lado feminino de dentro de casa, suas filhas e mulher. Por essa relação patriarcal que se existia na familiar a violência sexual era vista como algo comum, e não como um ato desrespeitoso. A família então tornava-se contraditória quando o assunto era bem estar.

Sendo assim, é possível notar que sempre houve uma desigualdade em relação à formação familiar, o poder paternal que havia diante da convivência domiciliar. Nessa autoridade em que o pai tinha de ser sempre o mais respeitado dentro de casa, a figura materna só era vista como um símbolo que tinha amor, que

educava e se calava diante das ameaças de poder. Em meio a todas essas questões existia um elemento muito perturbador e que ainda assombra muitas famílias contemporâneas, que é a violência sexual.

Engana-se quem pensa que a violência sexual é um assunto contemporâneo, a violência sempre esteve presente na vida de algumas pessoas e, principalmente, na das crianças e adolescentes. Como dito antes, existia tipos de famílias e suas constituições parentais, era visivelmente possível ver a violência sexual que se encontrava no cerne de muitas das famílias.

A violência sexual contra crianças e adolescentes precisa ser abordada, nas comunidades, nas escolas, com grupos de conversa, e trazer para dentro desses grupos os problemas que a violência sexual atinge. Levaram-se muitos anos para que vissem as crianças e os adolescentes como sujeitos de direitos e não como simples pessoas que cresciam para ajudar e reproduzir lucros.

Somente com a Constituição Federal de 1988 e com a implantação do estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, em consonância com a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, as diversas formas de violência praticada contra crianças e adolescentes, bem como as demais ações que violam os direitos desses sujeitos (AZAMBUJA E FERREIRA, 2011, p. 25).

Essa conquista em transformar os direitos das crianças e dos adolescentes em uma rede de proteção contra toda e qualquer forma de violência foi um passo muito significativo para a sociedade. Pois a violência sempre esteve mascarada, e continua ainda, visto que o abuso não acontece somente em famílias de baixa renda, a violência pode acontecer em qualquer lugar independente de condições financeiras.

A violência sexual por se tratar de um ato prejudicial ao indivíduo que sofre com essa agressão, a mesma acarreta em vários problemas que ocasionam sofrimentos, prejudica o desenvolvimento, psicológica e moral da criança e do adolescente. Muitas crianças ao sofrerem o abuso sexual se sentem desprotegidas por aqueles que teriam de passar total confiança, formando assim afetos contraditórios daqueles que deveriam zelar pelo bem estar da criança e do adolescente.

Com isso, é importante mencionar que a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), faz articulações de demandas que falam sobre a violência sexual e como ela pode desmascarar com a imagem de que somente a família tem poder, de

acordo com a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e Adolescente sobre o bem estar da criança e do adolescente.

Nessa direção, a presente Política Nacional de Assistência Social – PNAS busca incorporar as demandas presentes na sociedade brasileira no que tange à responsabilidade política, objetivando tornar claras suas diretrizes na efetivação da assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado (BRASIL, 2004, p. 13).

Quando abordamos os assuntos que falam sobre família e violência, dentro desse aspecto está ligada a política de assistência social, enfocando as suas funções em relação ao bem estar das crianças e dos adolescentes vítimas de alguma agressão ocorrida no âmbito familiar. Para o PNAS (2004, p. 311) “a proteção social deve garantir as seguintes seguranças: segurança de sobrevivência (de rendimento e de autonomia); de acolhida; de convívio ou vivência familiar”.

Diante disso:

Essa correta percepção é condizente com a tradução da família na condição de sujeito de direitos, conforme estabelece a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente, [...] a família independente dos formatos ou modelos que assume, é mediadora das relações entre os sujeitos e a coletividade, delimitando, continuamente os deslocamentos entre o público e o privado, bem como geradora de modalidades comunitárias de vida (BRASIL, 2004, p. 41).

Para a Política de Assistência Social, a família é provedora de cuidados aos seus membros, mas que precisa também ser cuidada e protegida. Porém a família torna-se uma expressão contraditória ao se relacionar com segurança, pois, em situações é dentro dela mesma que a violência está inserida, e, no entanto é preciso que haja espaços que reflitam mais sobre a violência intrafamiliar e desmistificar que a família é somente um espaço onde os valores e os cuidados prevalecem.

### **2.3 O PROCESSO DA PESQUISA**

A pesquisa sobre a violência intrafamiliar surgiu como principal interesse na disciplina de Violência sexual contra criança e adolescentes (DCG) e teve como aprofundamento o ano de 2017 à 2018 no Estágio Supervisionado em Serviço Social I e II na instituição Centro de Referência Especializado de Assistência Social

(CREAS), essa pesquisa terá como base a busca nas coletas de dados o município de São Borja. No período em que o estágio estava sendo efetuado, demandas foram chegando e as dúvidas surgindo. E com as demandas de violência sexual contra crianças e adolescentes apareceu o interesse em desvendar e aprofundar mais sobre as questões que expressão a questão social na vida das crianças e/ou adolescentes e suas famílias

Ao iniciar o processo de pesquisa o presente estudo teve como principal propósito o de Violência Sexual contra crianças e adolescente no âmbito intrafamiliar na cidade de São Borja, a partir desse foco foi possível desenvolver o seguinte problema de pesquisa: Como vem se configurando o atendimento do CREAS diante as particularidades da violência sexual infanto-juvenil que acomete as relações familiares em São Borja?

As questões que nortearam esta pesquisa foram: Quais as particularidades da violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes em São Borja? Quais os impactos da violência sexual contra crianças e adolescentes no âmbito das relações familiares? Como vem se desenvolvendo os processos interventivos no CREAS para o atendimento à violência sexual infanto-juvenil?

O objetivo geral deste trabalho consistiu em analisar como o atendimento do CREAS se desenvolve diante as particularidades da violência sexual infanto-juvenil que acometem as relações familiares em São Borja. Já os objetivos específicos caracteriza-se em: desvendar as particularidades envolvidas nas situações de violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes atendidas pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social; identificar quais os impactos gerados pela violência sexual contra a criança e o adolescente nas relações familiares; estudar como vem sendo construídas intervenções profissionais do CREAS diante a complexidade da violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes.

## **2.4 TIPOS DE PESQUISA**

A metodologia desse trabalho tem se desenvolvido com base em estudos qualitativos, que visa analisar com profundidade a realidade e as expressões da questão social que se manifestam em seu cotidiano. Deste modo, quando pesquisamos estamos contribuindo na avaliação e implementação das atividades e

tornando todo o estudo em um profundo objeto de trabalho/pesquisa. Observando que:

Quando tratamos da pesquisa qualitativa, frequentemente as atividades que compõem a fase exploratória, além de antecederem à construção do projeto, também a sucedem. Muitas vezes, por exemplo, é necessário uma aproximação maior com o campo de observação para melhor delinear outras questões, tais como os instrumentos de investigação e o grupo de pesquisa (MINAYO, 1994, p. 31).

Sendo assim, a pesquisa qualitativa nesse estudo tem a principal ferramenta o próprio pesquisador, pois é dele que as respostas necessárias para o trabalho terão resultados valorativos. Diante disso, quando necessário uma aproximação maior é preciso que haja a busca dos conceitos, princípios e os significos de todas as indagações que tem se levantado ao longo desse trabalho.

Para o desenvolvimento desse estudo, optou-se por tratar da pesquisa explicativa. Gil (2008, p. 29) aborda que “a pesquisa explicativa pode ser a continuação de outra descritiva, posto que a identificação dos fatores que determinam um fenômeno exige que este esteja suficientemente descrito e detalhado”.

Desse modo, a pesquisa explicativa nos mostrou que para encontrar respostas estimatórias das quais estamos pesquisando, assim ela é uma ferramenta significativa para o levantamento dos dados criando assim respostas novas para cada fonte estudada e analisada.

A pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, aspirações, crenças, valores, que dizem respeito a um espaço mais profundo das relações, dos fenômenos e processos, e que não são perceptíveis em números, equações, médias e estatísticas (MINAYO, 2003). Sendo assim, a pesquisa qualitativa trabalha não somente com uma opção de busca, mas sim como a parte da realidade social em que nós sujeitos estamos inserido na sociedade como um todo.

O objeto das ciências sociais é essencialmente qualitativo [...]. isso implica considerar sujeito de estudo: gente em determinada condição social, pertencente a determinado grupo social ou classe com suas crenças, valores e significados. Implica também considerar que o objeto das ciências é complexo, contraditório, inacabado e em permanente transformação (MINAYO, 2003, p. 21-22).

Assim, a pesquisa qualitativa ela tem um grande fator com a busca por conhecimentos e por compreender os fatores trabalhados no universo de

significados. Deve sempre tentar descobrir questões que não estão postas aos olhos, ver as particularidades de cada grupo, suas especificidades e significados dados a cada situação, através de entrevistas, análise dos dados, indo assim além da questão numérica.

A pesquisa qualitativa torna-se importante para o trabalho dos (as) assistentes sociais, tendo em vista seu posicionamento de cunho interventivo e por capacitar o (a) profissional a compreender as subjetividades dos usuários no seu modo de vida. Sendo assim, a metodologia de pesquisa escolhida traz para a profissão maneiras de se relacionar com a realidade dos sujeitos, de forma não invasiva.

## **2.5 INSTRUMENTOS E TÉCNICAS**

As técnicas de pesquisa são entendidas para Marconi e Lakatos (2010, p. 157), como “um conjunto de preceitos ou processos de que se serve uma ciência ou arte; é uma habilidade para usar esses preceitos ou normas, a parte prática”. Diante disso, são as formas e os caminhos utilizados durante o processo de elaboração nas coletas de dados.

Nesta pesquisa a técnica utilizada para o levantamento de dados foi: a entrevista, pois, foram coletadas informações e análises de documentos que enriqueceram com detalhes, trazendo informações que valorizem a composição da entrevista e da análise documental.

Segundo Rudio (1986 p. 114) “a entrevista, é um conjunto de questões, enunciadas como perguntas de forma organizada e sistematizada, tendo como objetivo alcançar, determinadas informações”. Sendo assim, a entrevista é uma forma de levantar dados que contemplem o que for necessário para a pesquisa.

No que se refere ao tipo de entrevista, optou-se pela semi estruturada, e segundo Triviños (1987, p. 146) a entrevista semi-estruturada tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. As perguntas do formulário que foram estabelecidas aos sujeitos de pesquisa tem como novas estimativas, a partir das respostas dos entrevistados.

De acordo com Selltiz (1965, p. 172), formulário “é o nome geral usado para designar uma coleção de questões que são perguntadas e anotadas por um entrevistador numa situação face a face com outra pessoa”. O formulário é um

instrumento essencial para elaboração da pesquisa, pois é a partir do formulário que temos respostas desejadas.

Para o auxílio no desenvolvimento deste trabalho, foi escolhido para a participação das respostas do formulário, as profissionais que atuam no CREAS, técnicas que atuam com a realidade mais próxima do indivíduo. Ao elaborar o formulário logo foi pensado em quantas pessoas participariam para esse aprofundamento com perguntas e respostas.

Na pesquisa o universo para Richardson (2008, p. 157) “é o conjunto de elementos que possuem determinadas características”, Sendo assim, no processo de coleta de dados via entrevista, considerou-se todos os profissionais do CREAS, dispostos em: uma (1) assistente social, uma (1) psicóloga, uma (1) recreacionista. Esse acesso com essas profissionais deu-se em vista de um encontro com as mesmas no próprio CREAS, local onde atuam e onde estão mais próximas com a realidade.

A amostra não probabilista inclui-se no grupo dos sujeitos escolhidos por determinados critérios, ou seja, intencionais ou de seleção racional. A amostra intencional, segundo Richardson (2008, p. 161) “a amostra intencional apresenta-se como representativa do universo”. Diante disso, entende-se que os sujeitos escolhidos para compor a seleção para fazer parte da amostra.

Richardson (2008, p. 158) também menciona que a amostra define-se “como qualquer subconjunto do conjunto universal ou da população”, sendo assim, a mostra é o estudo de um todo, que desenvolvem/discutem sobre os referidos dados.

## **2.6 SOCIALIZAÇÃO DOS DADOS**

Em razão disso, é relevante a questão do pensamento da socialização dos dados, o compartilhamento para o avanço de futuras pesquisas. Segundo Bourguignon (2008, p. 310) “socializar, difundir seus conhecimentos, ao ponto de ampliar os horizontes de sua intervenção e dos resultados de suas pesquisas”. Desta forma, a socialização de artigos, revistas, documentos e entre outros meios de busca por dados, torna-se uma constante dialética para os estudos de futuros pesquisadores, a socialização transforma-se em um processo de preparação para novos sujeitos de pesquisa.

## 2.7 ANÁLISE DE DADOS

A análise dos dados empregados para o trabalho foi a análise de conteúdo de Bardin. Para Bardin (2009, p.46) “a análise de conteúdo enquanto método é a manipulação de mensagens (conteúdos e expressões desse conteúdo)”. Assim, para a autora a análise de conteúdo apropria-se da forma de comunicação que permite inferir em uma realidade que não a da própria mensagem.

Conforme o autor Gil (2008), a análise de dados é um método que desenvolve a técnica de investigação, procura trazer ao mundo da pesquisa científica um concreto e operacional método de investigação, “uma técnica de investigação que, através de uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto das comunicações, tem por finalidade a interpretação destas mesmas comunicações” (GIL, 2008). Para a visão do autor a análise de dados transforma-se em técnicas na busca por conhecimentos que atinjam a técnica de investigação, e que torne o projeto do pesquisador uma fonte de conhecimentos seguros para a sua coleta de dados.

A análise de conteúdo é utilizada na exploração e investigação da pesquisa a ser elaborada para fins de produzir um minucioso trabalho de observação. A análise ela ainda desenvolve-se em três fases: (a) pré-análise; (b) exploração do material; e (c) tratamento dos dados, inferência e interpretação, e cada uma delas se refere como;

A pré-análise é o momento onde o pesquisador organiza-se para iniciar a sua pesquisa, e normalmente tem o seu primeiro contato com os documentos (leitura flutuante). A seguir, o pesquisador executa a escolha dos documentos, onde irá procurar as fontes, à formulação de hipóteses e à preparação do material para análise.

A exploração do material é estabelecer nesse período de pesquisa um tempo para procurar dados, uma fase com um tempo amplo e que se torna ao mesmo tempo cansativo, tem como objetivo reger com sistema as decisões tomadas na pré-análise. Refere-se fundamentalmente às tarefas de codificação que pode ser feita anterior ou posteriormente à coleta de dados.

O tratamento dos dados, a inferência e a interpretação são recursos em que o

pesquisador estabelece as ordens em que irá por em sua pesquisa, como quadros, diagramas, figuras todas com informações coerentes. Em cada artigo, revista, livros que o pesquisador encontrar algumas informações baterá com outras já existentes, acarretarão em um conflito de inúmeros conteúdos, e por fim uma conclusão com levantamentos próprios de cada autor

### **3. O ATENDIMENTO DO CREAS DIANTE AS PARTICULARIDADES DA VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTO-JUVENIL EM SÃO BORJA**

O presente capítulo tem como objetivo realizar a análise dos dados que foram coletados por meio de entrevistas, com profissionais do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

Buscou-se identificar quais os impactos gerados pela violência sexual contra a criança e o adolescente nas relações familiares, e mostrar como essa violência se caracteriza na vida das crianças e suas famílias, trazendo os impactos que se desenvolvem a curto, médio e longo prazo.

A escolha por estudar como vem sendo construídas as intervenções profissionais do CREAS diante a complexidade da violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes. Desta forma, pesquisar essas intervenções de forma mais profunda em relação ao seu atendimento individualizado, atendimento coletivo, atendimento com o grupo familiar, e entre outras intervenções que as profissionais do CREAS efetuam diante a essas situações de violência sexual.

#### **3.1 AS PARTICULARIDADES DO CREAS DIANTE AS CRIANÇAS E/OU ADOLESCENTES EM SUAS RELAÇÕES FAMILIARES**

Ao longo da história, a violência é conhecida por ser um ato de desrespeito, desde os primórdios esse fenômeno é caracterizado por causar dor, agonia, angustia tristeza, dentre outros motivos capazes de exercer um sentimento sombrio favorável a atos violentos e agressivos.

Segundo Oliveira e Martins (2014, p. 01) a violência “é um mal que atinge toda a humanidade, sem fazer qualquer tipo de distinção (seja ela cor, raça, etnia, sexo ou classe social)”. Desta forma, a violência encontra-se desde os tempos mais remotos da antiguidade, contudo não é condição natural ao ser humano. Ainda sobre a conceituação da violência, destaca-se que:

Evidentemente, as várias culturas e sociedades não definiram e nem definem a violência da mesma maneira, mas, ao contrário, dão-lhe conteúdos diferentes, segundo os tempos e os lugares. No entanto, malgrado as diferenças, certos aspectos da violência são percebidos da mesma maneira, nas várias culturas e sociedades, formando o fundo comum contra o qual os valores éticos são erguidos. Fundamentalmente, a violência é percebida como exercício da força física e da coação psíquica

para obrigar alguém a fazer alguma coisa contrária a si, contrária aos seus interesses e desejos, contrária ao seu corpo e à sua consciência, causando-lhe danos profundos e irreparáveis, como a morte, a loucura, a auto-agressão ou a agressão aos outros (CHAUÍ, 2000, p. 432).

Além disso, a violência é entendida como a utilização da força de uma pessoa contra outra, pois, não se é vista como algo natural e sim prejudicial. A utilização da força de um adulto contra uma criança e/ou um/a adolescente, possui impactos intensos e até irreversíveis na vida de quem sofre, podendo levar então a atos mais graves, como a violência fatal.

Para Vieira (2015, p. 69) “a violência não é um conceito determinado pela lógica racional do ser humano, mas uma categoria ontológica intrinsecamente conexas à produção e reprodução das relações sociais e interpessoais”. Desta forma, a violência é vista como o uso da força física e psíquica na intenção de coagir o outro.

De acordo com Michaud (1989, p. 205) “a etimologia [...] evidencia a ideia de uma força não qualificada, que se torna violência apenas quando passa da medida, quando perturba uma ordem, quando rompe acordos e regras que ordenam relações”. Em vista disso, a violência está associada a todo tipo de ação em que a força atua na forma de obrigação de alguém a fazer alguma coisa contra sua vontade.

A violência sempre esteve presente em nossa sociedade, proporcionando dor e sofrimento para as vítimas e suas famílias, demonstrando-se ser um comportamento natural, porém, a violência nunca será um comportamento em que podemos enxergar como natural e sim um comportamento socialmente apreendido por meio de uma cultura de violência.

Segundo Odália (2004, p. 13) “o viver em sociedade foi sempre um viver violento. Por mais que recuemos do tempo, a violência esta sempre presente, ela sempre aparece em suas varias faces”. A violência em nossa sociedade, quase sempre é tratada como um tabu, pois diante dela existem famílias sujeitas a esconderem os atos de violência cometidos dentro de casa, ocasionado, muitas vezes relações por motivos de valores, patriarcais, machistas e de poder.

Entre as expressões que mais se manifestam na sociedade, pode-se evidenciar a violência estrutural como a fundadora de outras expressões. Diante disso, Silva (2012, p. 03) reflete que a violência estrutural “se materializa

envolvendo, ao mesmo tempo a base econômica entre a economia por onde se organiza o modelo societário”. A violência estrutural, no entanto é vista como um eixo da exploração a partir da relação de poder entre classes sociais.

A principal característica dessa forma de violência é a sua sutileza e discrição, uma vez que seu circuito reprodutivo supõe um aliado central: o processo permanente de naturalização de gestos e procedimentos quase sempre considerados necessários, adequados e normais [...], sustentada na naturalização da pobreza e da desigualdade social (SILVA, 2009, p. 10).

Assim, a violência estrutural caracteriza-se por meio de ações em que a exploração e a desigualdade entre classes estão diretamente interligadas na esfera da vida cotidiana, mas, não classificadas como uma violência em que haja ações violentas.

Segundo Vieira (2015, p. 85):

A violência estrutural prevalece em sociedades em que existe a distribuição desigual das riquezas socialmente produzidas, a dominação de classes e profundas desigualdades sociais e econômicas. São diversos os fatores condicionantes do fenômeno da violência, estando dialeticamente imbricados na composição da estrutura social.

Por essa razão a violência estrutural pode ser apreendida como uma violência diária para a sociedade, pois, a mesma está associada ao poder capitalista e repercute na vida dos sujeitos, pondo então a desigualdade como base de diversos fenômenos sociais como: a pobreza, o desemprego, a dependência química, a fome, o sofrimento físico e psíquico.

Nesta direção, é possível analisar que a violência estrutural ela é fundadora de outras expressões de violência estando diretamente relacionada a condições de exploração do sujeito pelas classes socialmente dominantes. A violência social, segundo Minayo e Souza (1989, p. 522):

[...] tem, até certo ponto, caráter revelador de estruturas de dominação (de classes, grupos, indivíduos, etnias, faixas etárias, gênero, nações), e surge como expressão de contradições entre os que querem manter privilégios e os que se rebelam contra a opressão.

Neste sentido, para Ortiz (2016, p. 27) “a violência social tem caráter revelador de estruturas de dominação e surge como expressão de contradições entre os que querem manter privilégios e os que se rebelam contra opressão”.

Diante disso, a violência social é apreendida como um fenômeno da violência estrutural.

Segundo Vieira (2012, p. 210) “a violência social é resultante de um processo macro que envolve a sociedade e sinaliza a violência estrutural”. A violência social é a violência que sofremos no cotidiano, a violência que resulta da convivência social, vistas como os preconceitos, a violência urbana, as discriminações, a violência no trânsito e entre outras.

No que se refere violência interpessoal, ela está interligada com a violência social, ambas são expressões da violência estrutural. A violência interpessoal, está interligada com a relação da força e do poder, ocasionando então uma violência em que não há um acordo em ambas as partes, ou seja, uma relação entre os sujeitos. A violência interpessoal não se refere a somente uma violência em si, mas sim abrange outras violências e entre elas estão, a violência intrafamiliar e comunitária ou extrafamiliar.

A violência extrafamiliar, esta relacionada como uma violência cometida por pessoas que não encontram-se no seio da família da vítima. O abuso sexual extrafamiliar, não ocorrendo obrigatoriamente por um parente próximo, sendo eles, pai, irmão, primos, tios, avós e entre outros abusadores em que a vítima tem relações parentais, mas alguém que a criança e /ou adolescente desconheça. Assim:

A violência extrafamiliar, ocorre entre indivíduos sem relação pessoal, conhecidos ou não, geralmente fora do domicílio. Inclui a violência juvenil, atos aleatórios de violência, estupro ou outras formas de violência sexual e violência institucional ocorrida, por exemplo, nas escolas, locais de trabalho, prisões e instituições de saúde (BRASIL, 2018, p. 12).

Por violência intrafamiliar entende-se como “toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de outro membro da família”. Violência essa que destrói todo e qualquer vínculo familiar, principalmente quando o assunto é criança e/ou adolescente. O conceito de violência intrafamiliar, tem como centralidade toda aquela violência ocorrida nas relações familiares, ou seja, entre os membros da família, ou “incluindo pessoas que passam a assumir função parental, ainda que sem laços de consanguinidade, e em relação de poder à outra” (BRASIL, 2018).

Em entrevista realizada com profissionais do CREAS, a cerca de uma das expressões da violência intrafamiliar que é o abuso sexual, evidenciou-se as categorias que emergiram da análise, **relações assimétricas de poder**. Diante disso, podemos mencionar que a violência intrafamiliar está imbricada nessas relações assimétricas de poder.

*Eu entendo a violência sexual contra crianças e adolescentes como qualquer ato contra a criança e o adolescente, por alguém que exerça algum poder sobre elas, que seja superior a elas e que elas não tenham um poder de escolha sobre esse superior (PROFISSIONAL 2).*

Conforme Moreira e Souza (2012) “A violência intrafamiliar é construída em um cenário de relações assimétricas de poder entre as gerações e os gêneros”. Essas relações são possíveis notar entre as desigualdades entre pais e filhos, da força e do poder que podem a vir gerar formas violentas no âmbito intrafamiliar.

A violência intrafamiliar expressa dinâmicas de poder/afeto nas quais estão presentes relações de subordinação e dominação. Nessas relações, pais e filhos, de diferentes gerações, estão em posições opostas e assimétricas. No campo das relações familiares geradoras da violência, é preciso também considerar a desigualdade de poder entre homens e mulheres. Usualmente, são as mulheres que ocupam a posição subalterna nessas relações (MOREIRA e SOUZA, 2012, p. 17).

Portanto, é possível analisar que crianças e adolescentes são alvos fáceis nas mãos de adultos, pois o poder que é direcionado diante delas causa receios, medos e transtornos psíquicos, mentais e traumáticos. Essa relação de poder que um adulto difere contra uma criança ou um adolescente está imbricada na nossa sociedade por muitos anos.

Em consequência dessa relação de poder e desigualdade que ainda existe no século XXI no seio familiar, é muito visível nos dias atuais. Saffioti (1997) menciona “como o poder masculino atravessa todas as relações sociais, transforma-se em algo objetivo, traduzindo-se em estruturas hierarquizadas, em objetos, em senso comum”. Esse poder do gênero masculino ainda está instalado na nossa contemporaneidade, e tem demonstrado segundo Moreira e Souza (2012) que até agora a “violência intrafamiliar é praticada especialmente contra as mulheres e as crianças, por serem estas colocadas em posição subalterna”.

Nessa situação de poder e subordinação de um gênero sobre outro, muitas vezes são deixadas marcas invisíveis em sujeitos vítimas de violência sexual,

embora na grande maioria das vezes essas marcas não aparecerem com formas de agressões físicas, elas podem aparecer no momento em que uma criança ou um adolescente perceber que um carinho não esteja sendo na forma afetiva, e sim no formato sexual e que deixam cicatrizes por uma vida inteira.

Moreira e Souza (2012, p. 17) enfatiza que:

A violência intrafamiliar é um fenômeno de alta complexidade, o que significa que não se lhe pode atribuir uma causa única. É preciso considerar que os adultos no contexto familiar são pessoas significativas do ponto de vista afetivo para as crianças e os adolescentes e que, ao agirem de forma violenta, provocam nas crianças e nos adolescentes graves sequelas emocionais.

Ao se tratar de uma agressão, a violência intrafamiliar, não só pode trazer consequências negativas para a formação futura de um sujeito, como o próprio presente ser baseado em atos repetitivo/contínuo, e se tratando de crianças ou adolescentes esses atos podem se tornar recorrentes de uma vida sexualmente iniciada antes do previsto.

É importante ressaltar que a violência sexual está presente no cotidiano de muitas crianças. Souza e Silva (2002, p. 73) aponta que “três entre dez crianças de zero a doze anos sofrem, diariamente, algum tipo de maus-tratos dentro da própria casa, perpetrados por pais, padrastos ou parentes”. A violência ela não se refere somente a uma agressão ou um contato físico, ela está muito além disso.

De acordo com os dados do Balanço Geral do Disque 100, no ano de 2017 a porcentagem de crianças e/ou adolescentes vítimas de violência sexual somam 58,91% total de denúncias. De acordo com os dados do Disque 100, a soma de crianças e/ou adolescentes vítimas de violência passam da metade.

**Quadro 1 - Dados Nacionais da Violência Sexual contra criança e adolescente**

Violência Sexual		
2015	2016	2017
19.727	17.523	10.204

Fonte: Balanço Geral Disque 100, (2011-2017).

De acordo com o quadro 1, observa-se que houve um decréscimo nas denúncias de violência sexual contra crianças e/ou adolescentes, se subtrairmos os anos de 2015 e 2017 teremos uma diminuição de 9.523.

Pode-se refletir sobre uma real diminuição da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil? Ou um aumento expressivo da subnotificação dessa expressão da violência? Importante salientar, que a subnotificação da violência contra crianças e/ou adolescentes são dados preocupantes para o Brasil, pois em cada denúncia não realizada o desafio de romper com a violência está ficando cada vez mais preocupante.

A subnotificação desses casos é um grave problema, pois a ausência de dados sobre o fenômeno implica em sua invisibilidade e no não desencadeamento de estratégias adequadas pelo poder público, projetando suas ações basicamente sobre os registros realizados (ROLIM et al, (2014, p. 795).

A subnotificação de acordo com Rolim (2014, p. 75) encontra-se como uma não informação de relatos que tornam-se graves consequências para as crianças e/ou adolescentes vítimas da violência, e essa ausência tem implicado uma não proteção as vítimas da violência sexual.

**Quadro 2** – Denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes referente ao estado do Rio Grande do Sul

Violência Sexual		
2015	2016	2017
988	710	437

**Fonte:** Balanço Geral Disque 100, (2011 – 2017).

Diante aos números referentes do Estado do Rio Grande do Sul, a violência sexual praticada contra as crianças e/ou adolescentes vem apresentando, que a notificação das denúncias vem sendo cada vez menos frequente em relação ao passar dos anos. Por consequência da não notificação, é possível que haja uma visão de que a violência sexual possa estar sendo vista como uma naturalização pelas pessoas e não como uma violação dos direitos humanos.

Segundo De Paula (2018) “a violência sexual contra crianças e adolescentes é uma grave violação dos direitos humanos”. A violação contra a criança ou adolescente é capaz de afetar não somente a elas, mas sim a toda família da vítima.

A violência sexual contra crianças e adolescentes não se resume ao ato físico, á “conjunção carnal”, mas a qualquer estímulo que o/a agressor/a utilize para explorar ou satisfazer os seus desejos sexuais, sendo a criança e/ou adolescente incapaz de consentir, levando-se em conta o desequilíbrio de poder, incapacidade física ou mental, em razão de serem sujeitos em peculiar situação de desenvolvimento (DE PAULA, 2018, p. 76).

É de suma importância mencionar que o abuso e a exploração sexual são expressões da questão social. O abuso sexual conforme Scobernatti (2005, p. 99-100) é “definido como qualquer interação, contato ou envolvimento da criança ou adolescente em atividades sexuais que ela não compreende”.

A partir da percepção dos(as) entrevistados(as), a violência é: “*um toque, ou qualquer ato que prejudique essa criança, ela vem a ser uma violência.*” (PROFISSIONAL 1). Diante disso, foi possível analisar a categoria como a presença de vínculo familiar, que emerge a violência contra a criança e/ou adolescente:

Então isso vale como um toque, um contato, um carinho [...] muitas vezes pode ser um irmão mais velho, um amigo mais velho, um vizinho, e elas se sintam inibidas com esse carinho, contra a vontade delas, não necessariamente, tem que ter a penetração para se caracterizar uma violência sexual, mas um simples toque contra a vontade de uma criança por qualquer adulto ou qualquer outra pessoa é caracterizada uma violência sexual, e um toque que tenha uma conotação sexual, um pegar no colo, tomar banho junto, e muitas vezes a criança sente isso, ela sabe que aquilo não é um carinho fraterno, ela sente que é um carinho sexual e, que isso tá contra a vontade dela (Profissional 2).

De acordo com a Profissional 2, podemos notar que na sua fala surge o indicativo que há abuso sem contato físico. A violência sexual acontece independentemente que não haja uma penetração, mas um toque, um pegar no colo, que tenham outras intenções e que a criança e/ou adolescente sintam-se acuadas, a violência sim pode estar acontecendo.

Outra categoria emergente nas falas das entrevistadas refere-se ao vínculo, a aproximação entre o autor e a vítima? Pais e filhas. Esse vínculo de relacionamento de pai com filha é vista como um abuso sexual incestuoso. Desta maneira, toda relação que é acometida por uma pessoa que provem do mesmo tipo sanguíneo da vítima está cometendo um ato de violência sexual.

A maioria dos relacionamentos incestuosos ocorreu entre parentes próximos e consanguíneos, ou seja, entre pais e filhos e entre irmãos (53,14%). Estes dados divergem da crença popular que considera famílias em risco para relações abusivas, as famílias reconstituídas, ou seja, aquelas formadas por novas uniões, onde a relação entre as pessoas não é confirmada pela consanguinidade (COHEN e GOBBETTI, 2000, p. 05).

Relacionando com a porcentagem que o autor menciona na sua fala, o abuso sexual na sua relação de aproximação de pai e filha, torna-se um relacionamento baseado em relações abusivas de poder. Desta maneira, o abuso sexual incestuoso tem o poder de atribuir dor e sofrimento para o sujeito vítima dessa agressão, principalmente quando relacionado pai-filha.

O abusador pode ser qualquer pessoa, inclusive e principalmente aquelas acima de qualquer suspeita. Geralmente do sexo masculino, o abusador pode ser o próprio pai ou padrasto da vítima, algum parente ou pessoa próxima da família (irmão, tio, avô, amigo, vizinho); somente na minoria dos casos o abusador é um estranho para a vítima (BRASIL, 2018, p.06).

Pode-se perceber que em muitos casos o autor da violência materializa-se no irmão, no pai e até mesmo no vizinho, ou seja, pessoas próximas e confiáveis. O/a autor(a) da violência sexual utiliza desse recurso de proximidade e confiança para abusar da vítima.

Nessa perspectiva, pode-se entender que o abuso e exploração sexual, estão muitas vezes mascaradas em famílias que encaixam-se nos níveis econômicos mais elevados, porém, são as famílias de baixa renda que mais sofrem com essa violação de direitos, a desigualdade dificulta os contextos culturais, sociais, econômicos.

Mesmo não sendo a pobreza fator determinante para a ocorrência da violência, a mesma gesta um processo cumulativo de fragilização social, em que a trajetória de grande número de crianças e adolescentes privados de comida, de casa de proteção, de escola, com acentuação das relações violentas intrafamiliares, também facilitadas pelo alcoolismo, pelo desemprego, pela frustração social, favorecem este processo de fragilização e, conseqüentemente a ocorrência da violência (PEDERSEN, 2009, p. 26).

Diante disso, é possível analisar a vulnerabilidade que famílias de baixa renda enfrentam diante as conseqüências da desigualdade social. Crianças e adolescentes vítimas dessa desigualdade que vivemos na contemporaneidade, tem grande chances de tornarem-se adultos mediadores de uma violência futura.

O abuso sexual está ligado a uma violência na qual, está presente em todos os contextos socioeconômicos da sociedade, não fazendo parte só de classes menos favorecidas. Pedersen (2009, p. 24) “[...] perpassam todas as classes sociais, requerendo uma abordagem histórica da questão, oriunda de toda uma estrutura desigual”.

De acordo com a fala dos(as) entrevistados(as), foi possível encontrar algumas expressões da violência sexual, manifestas pela pornografia, a masturbação e a erotização, como evidenciam os trechos a seguir:

[...] o que chega geralmente para nós confirmado como violência é o abuso, mas como acontece outras violência. Esses dias chegou para nós, não lembro se de uma criança ou um adolescente que o padrasto passava pra ela filmes pornôs [...] Ele está iniciando uma criança ou um adolescente que que ainda não tem uma maturidade, uma idade pra aquela atividade (PROFISSIONAL 1)

[...] existe muitas outras forma da violência sexual que nos chega, então assim a questão de simplesmente o pai convidar a filha pra ir sepear todas as tardes e ficar passando a mão no corpo da crianças, vendo a filha tomando banho, a masturbação na frente da criança, a gente teve o caso de um irmão que se masturbava vendo a irmã, enfim são vários [...] a questão da penetração em si é algo que é mais concreto de se comprovar então nos chega já muito fácil para nós a comprovação, mas essas outras formas sutis assim de toques, de passar mão no seio, de passar a mão nas partes íntimas da masturbação, das cantadas , de falar coisas eróticas, também chega até nós (PROFISSIONAL 2)

As profissionais nas suas falas, portanto, mencionam que crianças e/ ou adolescentes sofrem, violência tanto físicas como psicológicas, pois a masturbação e os filmes pornôs são atos prejudiciais a saúde das vítimas por obrigar elas a assistirem gestos inadequados para a sua idade. A violência sexual envolve a violência psicológica acarretando um dano emocional.

Segundo Vivarta (2003, p. 27) “abuso sexual, situação em que o adulto submete a criança ou o adolescente com ou sem seu consentimento, atos ou jogos sexuais com a finalidade de estimular-se ou satisfazer-se”. Consequentemente o abuso sexual está dividido em duas categorias, sendo então o abuso sexual com contato físico e sem contato físico.

Essas duas categorias estão submetidas a diferentes características. O abuso sexual com contato físico pode-se relacionar a atos físicos genitais, pornografia e prostituição de crianças e adolescentes. Segundo Ferrari e Vecina (2002, p. 84) “atos-físicos genitais que incluem ‘passar a mão’, coito [...], manipulação genitais,

contato oral-genital e uso sexual do ânus”. O abuso com contato físico tem na sua particularidade o ato de envolver o/a autor/a com a vítima em formas de toque, força e ameaça.

[...] beijar a criança com a boca aberta de maneira inapropriada; excitar a criança com toques e carícias; tocar os genitais ou a partes íntimas de uma criança para prazer sexual; fazer a criança tocar o genital de outra pessoa; brincar de jogos sexuais; masturbar a criança, fazer com que ela masturbe o abusador ou que ambos se masturbem; fazer sexo oral (felação ou cunilíngua na criança, no abusador ou mútuas); ejacular na criança; colocar objetos, doces, pequenos brinquedos na abertura vaginal/reta da criança e depois tirá-los; introduzir na vagina ou ânus grandes objetos, inclusive os usados por adultos; penetrar o ânus ou a abertura renal com os dedos; penetrar o ânus ou a abertura retal com o pênis (sodomia); penetrar a vagina com os dedos; penetrar a vagina com o pênis; colocar o pênis entre as coxas de uma criança e simular o coito —coito seco; forçar a criança a praticar atividades sexuais com outros adultos ou crianças; coagir a criança a participar de um círculo de pedofilia; filmar a atividade sexual com adultos ou crianças; forçar a criança a praticar atividade sexual com animais bestialidade (SANDERSON, 2005, p.14).

Em vista disso, como Sanderson (2005) nos menciona o abuso sexual com contato físico esta inserido em formas que colocam a vitima em situações de inseguranças, medos e anseios, e fazem de momentos como esses, motivos que levam as vitimas a praticarem com outras crianças os atos reproduzidos nelas mesmas.

Quando se tratando do abuso sexual sem contato físico, podemos então relacioná-lo como um ato em que o abusador não chega a ter um contato com a vítima, é utilizado outras formas de abuso sexual podendo então ser caracterizada como: Exibicionismo, Voyeurismo, Pornografia, sexting e entre outras formas.

O Exibicionismo tem a intenção de chocar a vitima, ele é em parte motivado por esta ação, tendo a experiência assustadora para a vítima.  
 Voyeurismo obtém sua gratificação através da observação de atos ou órgãos sexuais de outras pessoas, estando normalmente em local onde não seja percebido pelos demais. A experiência pode perturbar ou assustar a criança ou adolescente, a internet é a grande vitrine para o voyeurismo.  
 Pornografia é uma forma de abuso que pode também ser enquadrada como exploração sexual comercial, uma vez que, na maioria dos casos, o objetivo da exposição da criança ou do/a adolescente é a obtenção de lucro financeiro (ABRAPIA, 2002, p. 09).

De Paula (2018) ao abordar sobre Sexting, nos aponta que “é um termo em inglês, que ocorre com o compartilhamento eletrônico de mensagens, vídeos e fotos com conteúdo erótico e sensual”. Diante disso, o Sexting é lançado entre adolescentes, pela utilização de aparelhos telefônicos, na forma de fotos e vídeos.

*Sexting* é uma expressão de abuso sexual recente, em adolescentes, jovens ou adultos, acontece por meio do uso de celulares, e-mails, salas de bate-papo, comunicadores instantâneos e sites de relacionamentos, para enviar fotos sensuais, mensagens de textos ou convite com fins sexuais. Algumas vezes essa prática, ao cair na rede, pode configurar abuso ou exploração sexual. *Sextosión* se configura a partir do *sexting*. É a prática de chantagens com fotografias ou vídeos da criança ou do adolescente sem roupa ou relação íntimas que foram compartilhados por “*sexting*” com fins de exploração sexual (SILVA, 2012, p.52).

Desta forma, percebe-se que o *Sexting* é a exposição indevida do sujeito que está sendo vítima de uma ferramenta inapropriada para muitos dos jovens que fazem uso de imagens, vídeos e outros formatos de compartilhamento e uso indevido de fotos. Diante disso, o *Sexting* está relacionado em inúmeras consequências em que a tecnologia ao invés de proporcionar vantagens, acaba acarretando preocupações como o mau uso dessas tecnologias para fins exploração sexual. A violência sexual também se expressa na exploração, pontuando que não é o foco do trabalho, mas uma importante manifestação, tomando em conta o conceito de que toda a exploração é um abuso.

A exploração sexual é entendida de forma em que criança ou o adolescente tem seu corpo utilizado como objeto ou ferramenta sexual para a compra e venda de filmes pornôs. Segundo Florentino (2015, p. 139) “A exploração sexual caracteriza-se pela relação mercantil, mediada pelo comércio do corpo/sexo, por meios coercitivos ou não”. Diante disso, é possível analisar as inúmeras formas de se expor a vítima como mercadoria no comércio de exploração sexual. A exploração sexual tem como um dos principais focos a comercialização de vídeos pornôs os de criança ou adolescente, pois são alvos fáceis para na mão do abusador sexual.

Ato ou jogo sexual em que a criança ou o adolescente é utilizado para fins comerciais por meio de relação sexual, indução à participação em shows eróticos, fotografias, filmes pornográficos e prostituição (VIVARTA, 2003, p. 27).

Entende-se que a exploração sexual muitas vezes está ligada com a vulnerabilidade social em que indivíduo encontra-se, deste modo, a exploração sexual está vista para muitos adolescentes como uma forma de libertação, como uma fuga do seu contexto vida.

A rede de exploração comercial está articulada à rede familiar fragilizada pela pobreza e pela violência e por outras formas diferentes de “ruptura da trajetória

familiar e social” como desemprego, separação, migração, mortes, disputas. A exploração sexual é uma violência sistemática que se apropria comercialmente do corpo como mercadoria para auferir lucro. Mesmo inscrito como autônomo sem intermediários, o uso (abuso) do corpo em troca de dinheiro se configura uma mercantilização do sexo e reforço dos processos simbólicos, imaginários e culturais machistas, patriarcais, discriminatórios, autoritários aqui analisados (FALEIROS, 1998, p. 12).

Faleiros (1998) quando aborda que o corpo é uma troca de dinheiro, ele está mencionando que na grande maioria dos casos, adolescentes que se prostituem, <sup>1</sup>estão tentando sair daquela linha de pobreza em que encontra-se. Diante disso, Weber (2018, p. 90) compreende que, “toda exploração sexual é uma forma de abuso sexual, mas nem todo abuso sexual é uma forma de exploração sexual”. De acordo com isso, o abuso sexual e a exploração sexual se distingue pela sua natureza.

Marchezan (2009, p. 99) ao refletir sobre as determinações da exploração sexual busca fundamentos em Figueiredo & Bochi (2006), entendendo que:

Ao contrario do que muita gente imagina a exploração sexual atinge todas as classes sociais e está ligada também a aspectos culturais, como as relações desiguais entre homens e mulheres, adultos e crianças, brancos e negros, ricos e pobres.

O que nos faz compreender que a exploração sexual é um fenômeno transversal que ocorrem em todas as classes sociais, um fenômeno mundial que não está atrelada unicamente a pobreza e a miséria, mas também está ligada ao poder do homem sobre o corpo da mulher.

Durante muito tempo, a exploração da mulher pelo homem vem sendo algo naturalizado por muitos, e por consequências como essas, e pela tecnologia avançada, o corpo da mulher/homem tornou-se uma mercadoria podendo ser negociada e vendida em forma de vídeos, fotos e revistas, gerando então vantagens para outras violências.

Diante as tantas violências e percalços encontrados na nossa sociedade, podemos mencionar duas outras violências que de alguns anos para cá evoluíram

---

<sup>1</sup> Este termo não é mais utilizado, segundo Faleiros (2000) ressalta que o termo prostituição não é adequado quando se refere a crianças e adolescentes, pois o mesmo relaciona-se a uma parcela de adultos que “escolheu” o comércio do sexo como uma profissão, o que não é o caso de crianças e adolescentes.

gradativamente, pois as tecnologias que hoje existem não são ferramentas utilizadas somente para pesquisas e estudos, entretenimentos e músicas, mas, também utensílios para a divulgação de tráfico e turismo de crianças e/ou adolescentes.

Segundo a autora De Paula (2018, p. 79) “o tráfico tem o objetivo por meio da facilitação na entrada, na saída ou em qualquer deslocamento no território nacional ou internacional de crianças e adolescentes”. Sendo assim, os lucros arrecadados por cada criança e/ou adolescente as vantagens somam valores altíssimos.

**Tráfico e venda de crianças para propósitos sexuais:** consiste em todos os atos envolvendo o recrutamento ou transporte de pessoas entre ou através de fronteiras e implicam em engano, coerção, alojamento ou fraude com o propósito de colocar as pessoas em situações de exploração, como a prostituição forçada, práticas similares a escravidão, trabalhos forçados ou serviços domésticos exploradores, com uso de extrema crueldade (LIBÓRIO, 2004, p. 24).

Conseqüentemente o tráfico de crianças e/ou adolescentes são atos ocorridos por pessoas que utilizam a facilitação na entrada e saída, seja, dentro e fora do país. O turismo para Libório (2004, p. 24) “é a exploração sexual comercial por pessoas que saem de seus países para outros, geralmente países em desenvolvimento, para ter atos sexuais com crianças”. Essas formas de violência estão sendo reconhecidas por todo o mundo, sua popularização tem aumentado, tornando-se cada vez mais preocupante.

No Brasil, o Código Penal está inserido os artigos sobre a violação *dos crimes contra a dignidade sexual*.

Favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável:  
 Art. 218. Submeter, induzir ou atrair à prostituição ou outra forma de exploração sexual alguém menor de 18 (dezoito) anos ou que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, facilitá-la, impedir ou dificultar que a abandone:  
**Tráfico internacional de pessoa para fim de exploração sexual:** Art. 232. Promover, por qualquer meio, com o fim de obter vantagem econômica, a entrada ilegal de estrangeiro em território nacional ou de brasileiro em país estrangeiro (BRASIL, 2018).

A violência sexual, manifesta na exploração sexual comercial e no abuso sexual, encontram-se como expressões da questão social. Para Weber (2018, p. 19) “é uma expressão da questão social, na medida em que constitui-se como uma forma de violência contra crianças e/ou adolescentes”.

Diante disso, nota-se que existe diversas formas de manifestações, como desigualdade, opressão, não respeito às condições peculiares de desenvolvimento da criança. Iamamoto (2005, p. 28) “apreender a questão social é também captar as múltiplas formas de pressão social, de invenção e de re-invenção da vida construídas no cotidiano”.

Nesse sentido, a violência sexual expressa-se como uma relação da questão social por estar exigidas em relações desiguais de geração e de poder, muitas particularidades na desigualdade social, econômicas e culturais e apanhados pela desigualdade de gênero.

A violação aos direitos humanos das crianças e adolescentes traz profundas marcas ao seu desenvolvimento podendo afetar inúmeros problemas como dito anteriormente estando relacionados ao seu crescimento, a sua saúde, e a sua evolução pessoal. A violência sexual contra crianças e/ou adolescentes muitas vezes encontra-se relacionado às relações familiares e suas particularidades, sendo assim, a violência é um assunto no qual precisa-se ter uma atenção mais voltada para a nossa sociedade.

### **3.2 OS IMPACTOS GERADOS PELA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA A CRIANÇAS E ADOLESCENTES NAS RELAÇÕES FAMILIARES**

A violência sexual está inserida em várias formas que tornam-se prejudiciais ao desenvolvimento biopsicossocial, pois dela, ocorre um desenrolar de sentimentos que afetam a vida dos sujeitos tanto físico como emocional. No decorrer desses sentimentos que a violência trás, pode-se gerar graves dificuldades de inserção na escola, no meio familiar, em rodas de amigos e tantos outros malefícios que a violência sexual ocasiona.

Dentre os graves problemas ocasionados à saúde da criança e adolescente pode surgir sequelas a um período de curto à longo prazo para se revelar na vida desses indivíduos vítimas da violência sexual. Gabel (1997, p. 63) “não há estudos prospectivos sobre as conseqüências que as crianças vítimas de abuso sexuais enfrentarão na idade adulta, só os testemunhos cada vez mais frequente de adultos”.

Sendo assim, em muitos casos essas crianças que um dia sofreram abuso, podem desenvolver uma barreira sobre o fato, e desenrolar algum problema mais adiante na sua fase adulta, como, a não interação com pessoas, a não confiança em pessoas de sexos diferentes ao seu.

Devido à violência sexual ser um fator problemático para a vida das crianças e dos adolescentes, ela implica em consequências que afetam a vida e o cotidiano dessas vítimas. Para Gabel (1997, p. 64):

As consequências dos abusos sexuais depende de numerosos fatores que se intrincam. [...] o impacto que o abuso terá após a revelação, as relações dos círculos dos conhecidos, as decisões sociais, médicas e judiciárias que intervirão no caso.

Dessa maneira, as consequências do abuso estão relacionadas a vários problemas, pois os impactos que a violência pode gerar na vida do sujeito são inúmeros e graves. Segundo Gomide e Padilha (2011, p. 102) as consequências do abuso sexual “variam de acordo com a idade da criança, frequência do abuso, perpetração ou não, associação a outros fatores de risco tais como abuso físico, abuso psicológico e/ou negligencia”. Diante disso, é possível observar que as consequências elas não estão somente ligadas ao momento que o abuso é cometido, mas sim, durante um período curto e longo prazo.

As consequências em curto prazo podem ser: curiosidade sexual excessiva, autoconceito negativo, tentativa e/ou comportamento suicida, raiva e/ou hostilidade, ansiedade, masturbação excessiva ou publica, sentimento de vergonha e/ou culpa, baixa autoestima, medos, pesadelos e dificuldades para dormir [...]. As consequências em longo prazo podem ser: risco quatro vezes maior para qualquer tipo de distúrbio psiquiátrico [...], risco três vezes maior de alcoolismo, depressão, ansiedade[...] falta de confiança em outras pessoas, esquivas, transtornos dissociativos, transtorno de estresse pós-traumático (GOMIDE e PADILHA, 2011, p. 103-104 apud HABIGZANG & CAMINHA, 2004; BRINO, 2006).

Diante disso, as consequências tornam-se prejudiciais para as vítimas do abuso, principalmente quando os abusadores permanecem no mesmo ambiente em que as crianças ou os adolescentes estão.

*[...] eu vou limitar algumas particularidades que eu vejo na minha experiência, primeiro, eu acho que a violência sexual quando acontece numa fase do desenvolvimento da criança e do adolescente que é uma fase, onde eles estão muito pré-dispostos a muitas coisas, onde eles estão a uma fase propicia a **desenvolver muitos transtornos quando acontece algo numa fase que assim que é muito delicada na vida do ser***

*humano, no futuro, eles podem colher muitas consequências negativas, o que eu posso falar, por exemplo, ainda quando criança logo após que acontece, pode ser uma criança **que de problema na escola, uma criança agitada, agressiva, uma criança que faça coisas na rua**, que deturbe o ambiente onde vive, a rua, a vizinhança, que machuque os colegas, falado assim numa consequência, a curto prazo. Depois mais adiante a gente pode ter uma dependência química, e também pode haver casos com depressão, eu tenho muitos casos que desenvolveram processos depressivos, uma depressão recorrente que estão até hoje, que foram abusados na infância e que hoje com 60, 50 anos ainda estão se tratando de uma depressão em função de um abuso sexual. O CREAS ele atua em dois eixos, tanto na questão da depressão né, nas escolas fazendo palestras falando sobre sexualidade, na área da prevenção, e quando atua no tratamento quando o problema já está instalado que seria o tratamento em si aqui no CREAS, que seria o acompanhamento dessas famílias, e dessas crianças e desses adolescentes. (PROFISSIONAL 2)*

De acordo com o/a profissional 2, a criança e/ou adolescente que sofre uma violência sexual seja ela na infância ou na sua adolescência pode desenvolver sentimentos divergentes com os que tinha antes da violência. Deste modo, ocasionando “problema na escola, uma criança agitada, agressiva, uma criança que faça coisas na rua, que deturbe o ambiente onde vive, a rua, a vizinhança, que machuque os colegas”.

Para Borges e Dell’ Aglio (2008, p. 373) “conseqüências sexuais, como comportamento sexual inapropriado, e alterações comportamentais, como isolamento, dificuldade de confiar no outro e estabelecer relações interpessoais”. Por consequência da violência sexual, a criança e/ou adolescentes tem probabilidade de manifestar sentimentos opostos ao que tinha antes da violência. Para Borges e Dell’ Aglio (2008, p. 373):

Adicionalmente, um estudo de metaanálise dos efeitos do abuso sexual infantil revelou que as crianças abusadas sexualmente têm um risco aumentado em 20% para o desenvolvimento de TEPT (Transtorno do Estresse Pós-traumático), de 21% para depressão e suicídio, de 14% para comportamento sexual promíscuo, de 8% para a manutenção do ciclo de violência e de 10% para déficits no rendimento escolar.

Desta maneira, é notório ver os efeitos que a violência sexual ocasiona na vida do sujeito. Dados que demonstram as consequências obtidas depois do ato são consideráveis para os agravos que a saúde da criança e/ou adolescentes pode sofrer. Para Silva (2004, p.20) “a violência sexual, como qualquer outra forma de violência, deixa consequências que podem ser divididas em físicas, emocionais, e

sociais, que estão relacionadas ao comportamento interpessoal”. Uma das consequências que podem afetar a vida do sujeito estão mencionadas como:

**Quadro 3 – Consequências do abuso sexual**

<i>Sociais</i>	Isolamento, Retraimento, baixo nível escolar, ato inflacional, exploração sexual condutas anti-sociais.
<i>Emocionais</i>	Culpa Depressão, Suicídio, Angústia, Agressões.
<i>Físicas</i>	Danos psicológicos, Gravidez, Doenças Sexualmente Transmissíveis, Trauma físico, Distúrbios de sono, Mudanças de hábitos alimentares.

**Fonte:** Sistematização da autora, (2018).

As consequências do abuso sexual diante ao quadro, estão relacionadas ao sujeito na sua forma de sentimentos. As consequências sociais estão devidamente interligadas ao cotidiano da criança e/ou adolescente, pois, o sofrimento ele não está relacionado a algo somente de momento, mas uma trajetória em curto, médio e longo prazo.

Diversos estudos demonstram que as consequências do abuso sexual infanto-juvenil estão presentes em todos os aspectos da condição humana, deixando marcas – físicas, psíquicas, sociais, sexuais, entre outras – que poderão comprometer seriamente a vida da vítima (criança ou adolescente) (FLORENTINO, 2015, p. 140).

O impacto muitas vezes pode ter uma repercussão devastadora na vida do sujeito e para a sociedade. De acordo com Blanchard (1996, p. 07) “Essas consequências afetam não só a vítima, mas também a sociedade em geral porque uma criança traumatizada torna-se eventualmente um adulto que pode adotar comportamentos agressivos ou passivos”.

As consequências do abuso sexual deixam marcas nem sempre visíveis aos olhos das pessoas. Desta forma, nem todas as crianças e/ou adolescentes sentem o mesmo sintoma do abuso sexual, podendo então nem apresentar visivelmente esse sentimento conturbado, e sim, tentar esconder o que somente a própria vítima é capaz de enxergar.

Diante a esses sentimentos, que a vítima sente a si mesma de não apresentar os problemas causados pela violência sexual, ocasiona-se então uma forma de enfrentamento interno chamado resiliência. A resiliência é vista como uma forma de

ressignificação da vivência da violência, um mecanismo que o sujeito tem de desenvolver na capacidade de superação diante as situações adversas. De acordo Gonçalves (2003, p. 24):

Cada indivíduo possui mecanismos de adaptação, estes correspondem às estratégias individuais elaboradas com o objetivo de agir frente ao stress. Sendo assim, define a resiliência como o conjunto de estratégias utilizadas para a superação de situações adversas. Acrescenta que a família irá influenciar positivamente ou negativamente na qualidade das respostas resilientes do indivíduo.

Desta maneira, a resiliência pode ser vista como uma forma de superar barreiras que o próprio sujeito vivenciou como o trauma da violência sexual. Sendo assim, a resiliência tem a possibilidade de transformar a dor em uma barreira de proteção para sua situação traumática. Para Martins (2011, p. 737) “As qualidades da resiliência, por outro lado, permitem às pessoas se refazerem de feridas dolorosas, assumirem as rédeas de suas vidas e irem em frente”.

Portanto, quando tratamos de toda a importância que a resiliência significa na vida da vítima, compreender a família em momentos marcantes, é analisar também a relevância da proteção social diante a estrutura familiar. Entender que não somente a família é responsável pelo bem estar da criança e/ou adolescente, mas que as políticas públicas também se encontram nessa proteção.

Para a autora Mioto (2010, p.169):

Pensar a família no campo da proteção social implica reconhecer que a família na sua dimensão simbólica, na sua multiplicidade, na sua organização é importante à medida que subsidia a compreensão sobre o lugar que lhe é atribuído na configuração da proteção social de uma sociedade, em determinado momento histórico.

A família por tornar-se o principal locutor da proteção sobre as crianças e/ou adolescentes, atribui uma grande capacitação para a resiliência. De acordo com isso, o apoio da família transforma-se em um referencial fundamental em situações como violência sexual diante a criança e/ou adolescente. Viver esse trauma já no início na sua vida e ter a capacidade de enfrentamento, necessita do apoio familiar.

A resiliência depende também de fatores relacionais e vários estudos mostram que o funcionamento familiar tem uma influência decisiva, positiva ou negativa, sobre a qualidade das respostas resilientes da criança. Desta forma, a resiliência familiar como um conjunto de características que incluem a capacidade

da família ter um funcionamento flexível e uma função de contenção dos problemas, sem os deixar invadir outros domínios do funcionamento familiar ou interferir no funcionamento da criança. (GONÇALVES, 2003, p. 24)

Em vista disso, a família transforma-se no principal eixo de segurança e força para o indivíduo. A resiliência por ser uma capacidade de apresentar uma ponderação à adversidade, sem que esta interfira no seu desenvolvimento ao longo da vida da criança e/ou adolescente. Os amigos também se transformam em aliados importantes para essa superação, o apoio, a ajuda, a escuta são princípios de uma evolução rápida para a criança e/ou adolescente.

[...] a habilidade da família administrar as adversidades, consciente dos riscos que esta aporta e sem perder a capacidade de mobilizar os recursos pessoais que seus membros possuem e, quando necessário, os recursos contextuais que lhes possibilitam enfrentar a situação e não sucumbir diante dela (SILVA et al., 2009, p. 09).

Desta maneira, a família tem uma importância para o enfrentamento das adversidades que a criança e/ou o adolescente sofre quando é cometida a violência sexual. Para Demos (1989, p. 04) “mostram que o funcionamento familiar tem uma influência decisiva, positiva ou negativa, sobre a qualidade das respostas resilientes da criança”.

A importância dos pais na vida da criança e/ou adolescente resulta na forma como a família encontra-se estruturada, a criança e/ou adolescente para conseguir enfrentar seus medos, precisara do apoio e da compreensão do seio familiar. Segundo Gonçalves (2003, p. 28) “a primeira preocupação é tentar estabelecer com os pais uma relação de confiança e desenvolver uma aliança terapêutica, em que o principal objetivo comum é o bem-estar da criança”.

A família exerce sobre a criança e/ou adolescente um poder capaz de direcionar o seu crescimento de maneira conturbada ou sadia. Para Lemay (1999, p. 90) explica que “resiliência como um conjunto de mecanismos individuais e familiares que parecem representar um papel para manter a pessoa em relativa harmonia interior, apesar de importantes traumatismos vividos”.

A resiliência como um conjunto de mecanismo individual e familiar, ela relaciona-se muito ao que pode ser chamado de desenraizamento dos vínculos socioafetivos. Esse embasamento sobre os vínculos está ligado diretamente ao que podemos nomear de desenraizamento social ou vínculos socioafetivos.

O enraizamento envolve o estreitamento dos laços de convívio familiar, de vizinhança, de grupos de amizade, a efetiva participação na vida coletiva, o reconhecimento das expressões culturais e das identidades, entre outras dimensões. Enfim requer considerar as relações sociais que moldam um tipo de socialização, investindo no combate a todo tipo de preconceitos, violência e desigualdade impeditivas da afirmação da criança e do adolescente enquanto sujeitos de direitos (IAMAMOTO, 2004, p. 265).

Neste sentido, ao se tratar do desenraizamento lamamoto (2004) enfatiza que essa ação está imbricada com a vida do sujeito,

Mais uma vez deve-se destacar que a resiliência não se trata de um fenômeno inato e estático, trata-se de um conceito evolutivo e interativo, que irá depender, em sua maioria, da qualidade nas relações familiares, principalmente pais, crianças e/ou adolescentes e das demais relações sociais (SILVA, 2004, p. 28).

Quando tratamos do bem estar de uma criança e/ou adolescentes, falamos das relações que os envolvem. Em muitos casos nem sempre um pai ou uma mãe estão em total relação de bem estar o que afeta muito o desenvolvimento do sujeito. E quando se trata de violência sexual o assunto é ainda mais estreito, para cuidar e proteger a criança e/ou adolescente.

A família como o local ideal para desenvolver nas crianças e adolescentes a habilidade resiliente. Afirmando que o bom relacionamento familiar, bem como a competência materna e paterna em transmitir valores pertinentes à sociedade a que fazem parte, favorecerão no desenvolvimento da resiliência de seus filhos (SILVA, 2004, p. 25-26).

Desta forma, é importante afirmar que haja um envolvimento mútuo entre ambas as partes, pais e a sociedade. Silva (2004) “a família por ser o grande amparo que a criança e/ou adolescente encontra, necessita ter uma capacidade para lidar com as mudanças e adaptações”. Porém, nem sempre as situações de violência sexual, a vítima tem o amparo da família, principalmente da mãe, pois a mesma em muitos casos acaba não amparando o/a filho(a), e sim o próprio autor da violência que na grande maioria dos casos, é o pai.

Conseqüentemente, a família na sua natureza de proteger, ela também necessita de proteção para que possa por fim a violência. O rompimento, não acontece por si só, ele permeia por diversos fatores, e um dos primeiros é o enfrentamentos diário de constantes transformações

o rompimento do silêncio que incide, principalmente, para que as situações de violência sexual permaneçam na clandestinidade, impossibilitando a ruptura da reprodução deste fenômeno no cotidiano das crianças e adolescentes brasileiras (VIEIRA, 2015, p. 25).

Para Silva (2004, p. 22) “mães podem se tornar cúmplices do abuso dos próprios filhos, por medo de perderem o próprio cônjuge (no caso o abusador)”. Portanto, a criança e/ou adolescente ao não receber o auxílio ele acaba sofrendo mais uma violência familiar, sendo então “o abandono e a indiferença da mãe, pessoa mais próxima em que se poderia confiar”.

O fracasso das famílias é entendido como resultado da incapacidade de gerirem e otimizarem seus recursos, de desenvolverem adequadas estratégias de sobrevivência e de convivência, de mudar comportamentos e estilos de vida, de se articularem em redes de solidariedade e também de serem incapazes de se capacitarem para cumprir com as obrigações familiares (MIOTO, 2010, p. 170).

Esse processo de entender o contexto em que a família encontra-se envolve diretamente a estrutura familiar. É necessário pensar a família no contexto social, o cerne em que esse conjunto está interligado, que ela possui suas especificidades e suas complexidades. Weber (2018, p. 53-54) “No entanto, não se deve ficar atrelado em apenas um conceito de família, mas sim situar a estrutura familiar na conjuntura em que estão inseridos ou em que está inserida a família em questão”.

Diante disso, podemos analisar que a estrutura familiar encontra-se como a base para a sobrevivência emocional e física do indivíduo. Para Romanelli (1997), a família corresponde a um lugar privilegiado de afeto, no qual estão inseridos relacionamentos íntimos, expressão de emoções e de sentimentos. Consequentemente, quando o seio familiar falha nos cuidados e proteção com as crianças e/ou adolescentes entra em contra partida as políticas públicas de proteção a violência.

O abuso sexual de crianças e adolescentes é um assunto não somente de saúde pública, mas imprescindivelmente de proteção aos direitos humanos sexuais e reprodutivos do segmento infanto-juvenil. Portanto, a criação de políticas públicas e o investimento na qualificação dos/as profissionais que intervêm nessa demanda é de fundamental importância para a construção de um atendimento protetivo (WEBER, 2018, p. 09).

Quando tratamos do assunto de violência contra crianças e/ou adolescentes, o mesmo está relacionando com a política pública, com a saúde e com os direitos humanos, mais voltados as crianças e/ou adolescentes. Para Miotto (2010, p. 169) “a

política pública acontece prioritariamente, de forma compensatória e temporária, em decorrência da sua falência no provimento de condições materiais e imateriais de sobrevivência”.

Sendo assim, é sempre importante reafirmar que é preciso falar sobre o assunto, abordar a violência sexual na sua forma mais preocupante sendo ela em casa, ou em outros lugares em que a criança e/ou adolescente frequentam. Para Vieira (2015, p. 215) afirma que “a importância de se ampliar a concepção de atendimento, tendo a integralidade como premissa e principalmente como uma estratégia concreta de enfrentamento à violência sexual”.

Desta forma, as políticas públicas de enfrentamento a violência sexual contra crianças e/ou adolescentes, devem atuar mais precisamente na construção de estratégias que sejam efetivas não somente após a violência ser instaurada, mas atuarem na prevenção primária, secundária, e terciária<sup>2</sup>, bem como na sensibilização e mobilização da sociedade civil, fortalecendo os canais democráticos de proteção aos direitos das crianças e adolescentes.

É válido apontar e mencionar como o atendimento se fortalece em relação a esse conjunto em que o/a profissional utiliza em seu meio de trabalho. Para que o trabalho do/a assistente social se concretize de forma sensibilizada, é preciso que o mesmo atue com compromisso.

### **3.3 AS INTERVENÇÕES PROFISSIONAIS DO CREAS DIANTE A COMPLEXIDADE DA VIOLÊNCIA SEXUAL INTRAFAMILIAR CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

A fim de discorrer sobre as intervenções profissionais do CREAS, é preciso analisar como esse trabalho vem sendo efetuado pelos/as profissionais que atuam na

---

<sup>2</sup> Prevenção primária visam reduzir a incidência da violência intrafamiliar, e isso pode ser feito por meio da conscientização da população acerca dos efeitos nocivos dessa prática; do oferecimento de cursos que ensinem aos pais como educar os filhos de uma forma não violenta; da instrução às crianças e aos adolescentes sobre como se defender de abusos e a quem denunciar.

Prevenção em nível secundário envolve meios de identificar as crianças e adolescentes mais vulneráveis, bem como desenvolver a habilidade de diagnosticar se um menor está sofrendo violência dentro do seu lar, procedendo aos encaminhamentos necessários.

Prevenção terciária, que envolvem, por exemplo, o atendimento psicoterápico da vítima, dos familiares e do agressor, o encaminhamento jurídico do caso e o acompanhamento social de toda a família (CARDIM e MOCHI, s/d, p. 17)

instituição. É necessário conhecer a rede de proteção, seu fluxo, as facilidades e dificuldades que os/as profissionais encontram no caminho.

Diante disso, o CREAS está estruturado para garantir direito dos indivíduos, atuando sempre com estratégias que propõe a facilitar o trabalho do/a profissional que está atuando na instituição. Importante mencionar que para um trabalho ter um desenvolvimento objetivo e claro, requer muito trabalho em equipe, pois cada profissional traz um olhar diferenciado sobre cada demanda atribuída ao CREAS.

[...] é importante mencionar que o trabalho interdisciplinar, base da atuação do CREAS, requer a adoção de estratégias que possibilitem a participação e o compartilhamento de concepções por todos os componentes da equipe. Ao compartilhar diretrizes e princípios, o trabalho interdisciplinar não dilui as competências e atribuições de cada profissional. Nesse sentido, é fundamental considerar os distintos olhares e contribuições das diferentes áreas de formação, além da experiência profissional de cada integrante e sua função no CREAS (BRASIL, 2011, p. 54).

Ao analisar o documento “as orientações técnicas do CREAS”, o/a profissional assistente social utiliza-se de recursos que ajudem a efetuação do seu trabalho. O compartilhamento de saberes é uma técnica para que haja uma evolução com os sujeitos, e que essa técnica seja sempre de forma a contribuir com um olhar mais detalhado, sempre seguindo a ética dos profissionais.

no que diz respeito à coordenação dos recursos humanos e ao trabalho em equipe interdisciplinar, é importante que sejam viabilizados momentos de integração e reflexão em equipe que contribuam para o aprimoramento do trabalho desenvolvido. Cabe destacar que a coordenação do CREAS tem papel preponderante no que diz respeito à gestão dos processos de trabalho e coordenação da equipe da unidade (BRASIL, 2011, p. 56).

É através de momentos com trocas e interações profissionais que o/a assistente social embasa todo o seu conhecer de trabalho, e para que essa estrutura seja sempre o ponto inicial a equipe toda deve estar em total organização, tanto nos atendimentos, quanto em situações inesperadas da atuação profissional.

A equipe por tornar-se um eixo que faz a mediação dos saberes com a atuação profissional deve estar organizada em uma estrutura capacitada para todas as questões que são de sua competência. Desta forma, a estrutura do CREAS conta com uma equipe de profissionais que organizam os atendimentos.

Em razão da complexidade das situações atendidas no CREAS, a equipe deverá dispor de qualificação técnica compatível, reunindo um conjunto de

conhecimentos, técnicas e habilidades condizentes com a natureza e objetivos dos serviços ofertados, bem como com as atribuições e competências do CREAS (BRASIL, 2011, p. 94).

Desta forma, a equipe do CREAS utiliza de técnicas compatíveis que contribuam para o desenvolvimento na hora da atuação profissional. E uma destas técnicas está relacionada com a intervenção e estratégias aplicada em decorrência do dia a dia na instituição.

*As intervenções profissionais elas são com a psicóloga e a assistente social, sempre o atendimento é psicossocial e a gente o constrói geralmente em conjunto sempre pensando nas estratégias para atender aquela família, e a gente faz reuniões de equipe, a equipe técnica e a coordenação, e deste modo que são planejadas as ações (PROFISSIONAL 1).*

De acordo com a fala da Profissional 1, é possível compreender que o trabalho envolve profissionais da área da psicologia e do serviço social. A equipe utiliza de um conjunto de técnicas para o desenvolvimento das ações que serão planejadas ao longo dos dias. Sobre as técnicas utilizadas pela equipe, a interdisciplinaridade é vista como uma categoria emergente, analisando assim, o seu desenvolvimento nas ações e planejamentos.

A interdisciplinaridade na formação profissional requer competências relativas às formas de intervenção solicitadas e às condições que concorrerem para o seu melhor exercício. Neste caso, o desenvolvimento das competências necessárias requer a conjugação de diferentes saberes disciplinares. Entenda-se por saberes disciplinares: saberes da experiência, saberes técnicos e saberes teóricos interagindo de forma dinâmica sem nenhuma linearidade ou hierarquização que subjugue os profissionais participantes (FAZENDA, 2008, p. 23)

A autora Fazenda (2008) menciona que a interdisciplinaridade é uma extensão de reciprocidade entre o grupo. Ao fazer trocas de conhecimentos os profissionais não estão somente trocando experiências, mas, proporcionando uma compreensão capaz de direcionar um trabalho com crianças e/ ou adolescentes enriquecedor tanto para a instituição que acolhe, quanto para o próprio profissional.

As crianças e/ou adolescentes que estão em atendimentos no CREAS, precisam de um acolhimento e para esse acolhimento tornar-se mais efetivo, o profissional, ao intervir com os sujeitos estão criando vínculos que facilitam uma aproximação entre o indivíduo e o/a profissional.

*Quando vem do conselho, geralmente ele vem para o primeiro atendimento e depois a gente inclui no acompanhamento familiar, as crianças continuam frequentando o creas geralmente uma vez por semana, frequentam as oficinas, os grupos (PROFISSIONAL 1).*

*o acolhimento normalmente vem até nós, porque a gente já recebe esta demanda do conselho, e esta família vem até nós pra fazer esse acolhimento tanto com a assistente social e com a psicóloga, ou a gente faz uma visita a esta família, faz esse acolhimento e aí desenvolve a nossa intervenção terapêutica (PROFISSIONAL 2).*

O acolhimento diante á fala dos(as) profissionais 1 e 2, pode-se perceber que é uma demanda que chega diretamente do conselho para a instituição no intuito de trabalhar com as crianças e adolescentes e suas respectivas famílias. Em um primeiro momento acontece uma abordagem, um primeiro encontro para analisar a situação em que se encontra o sujeito. Diante disso, os(as) profissionais encaminham esses indivíduos para o CREAS onde iniciara intervenções e oficinas para uma melhor familiarização da vítima com os profissionais que trabalham na instituição.

Em relação aos Serviços de Acolhimento, o CREAS tem papel fundamental no acompanhamento dos casos que envolvam situações de violência, tendo em vista o fortalecimento da função protetiva das famílias, na perspectiva da garantia do direito à convivência familiar e comunitária. Em função disso, a relação do CREAS com esses Serviços requer fluxos e procedimentos descritos e institucionalizados em âmbito local, com a definição das competências e responsabilidades de cada um. Quando da reinserção familiar, é importante prever a possibilidade da continuidade do acompanhamento no CREAS, de modo a evitar novo afastamento do convívio familiar e, por conseguinte, o retorno ao Serviço de Acolhimento (BRASIL, 2011, p. 64).

O acolhimento para a instituição torna-se um eixo fundamental para o sujeito que ali encontra-se. O acompanhamento do CREAS transforma-se em um papel essencial, pois, é a partir desta função que casos vão sendo identificados e procedimentos podem ser tomados para uma garantia de novos fortalecimentos de vínculos familiares.

O acolhimento, no entanto pode ser compreendido de maneira que o sujeito sinta-se em um ambiente totalmente receptivo, com pessoas que tornem esse momento respeitoso e que essas crianças e/ou adolescentes possam encontrar no CREAS uma equipe solidaria para um novo recomeço de construções afetivas no seu intervir.

Para Vieira (2015, p. 42):

Intervir sobre as expressões da violência sexual contra crianças e adolescentes exige um movimento que rompa com a fragmentação e sobreposição dos saberes, buscando a interdisciplinaridade como estratégia para a materialização de um atendimento integralizado e com impacto social na vida dessas crianças e adolescentes.

Portanto, Vieira (2015) refere-se que a intervenção está relacionada nas expressões da violência sexual contra crianças e/ou adolescentes e a mesma tem uma exigência no que diz respeito a “movimentos que rompa com a fragmentação e sobreposição”. Diante disso, a interdisciplinaridade, também pode ser vista como um diálogo entre diferentes ares do conhecimento.

A interdisciplinaridade, conforme Santomé (1998, p. 66) “materializa-se na concretude do cotidiano profissional no qual “exercitam-se suas potencialidades, problemas e limitações”. Sendo assim, é preciso que haja formas para um fortalecimento de vínculos das crianças e/ou adolescentes, é possível criar estratégias. Para Vieira (2015, p. 43):

como sujeitos de direitos, requer a adoção de estratégias que contemplem as suas múltiplas determinações e faces desse fenômeno, não esvaziando o seu enfrentamento e debate ao reducionismo de teorias que ignoram o movimento dialético da realidade e a totalidade para apreensão e intervenção às expressões da violência sexual infantojuvenil.

Neste sentido, a intervenção e a interdisciplinaridade por serem dois fatores que estão vinculados aos direitos sociais dos indivíduos, nem sempre torna-se possível concretizar um trabalho do qual o profissional está propriamente capacitado. No caminho de seu trabalho sempre surgem obstáculos dificultando o profissional assistente social de efetuar seu exercício.

As principais formas de trabalho do CREAS estão atreladas com a importância da interdisciplinaridade quando o assunto são as crianças e os adolescentes.

*a sempre uma troca, e é importante que a gente pense que os profissionais que trabalham dentro do CREAS são profissionais que eles tem uma sintonia muito boa, pois á um grande respeito entre as áreas da assistência social, da psicologia, da menina que fica na oficina, a muito troca de experiência, a muita cumplicidade, á um dialogo, e isso é muito importante dentro da equipe, todo mundo pensa em prol do bem estar da criança sempre, independente de algumas opiniões que são divergidas ou de*

*algumas diferenças dentro da equipe , sempre se pensa no bem estar daquela criança e do adolescente (PROFISSIONAL 2).*

Neste sentido, ao relacionar a fala do(a) profissional 2 há qual se refere a importância de unir força em equipe para se aplicar um trabalho em que o grupo esteja em total união, é preciso troca de experiências, tanto dos/as assistentes sociais, quanto da psicóloga e da recreacionista. Desta forma, a equipe investe em um atendimento mais protetivo para as crianças e/ou adolescentes.

é importante mencionar que o trabalho interdisciplinar, base da atuação do CREAS, requer a adoção de estratégias que possibilitem a participação e o compartilhamento de concepções por todos os componentes da equipe. Ao compartilhar diretrizes e princípios, o trabalho interdisciplinar não dilui as competências e atribuições de cada profissional. Nesse sentido, é fundamental considerar os distintos olhares e contribuições das diferentes áreas de formação, além da experiência profissional de cada integrante e sua função no CREAS (BRASIL, 2011, p.54).

O CREAS como instituição acolhedora e capacitada para intervenções em situações de violações de direitos com o público é objetivado á criar estratégias que façam com que o usuário sinta-se acolhido pelos profissionais que atuam no local. Portanto, percebe-se a importância de uma equipe inteiramente capacitada e unida para o atendimento das crianças e/ou adolescentes.

Além disso, é importante mencionar que o trabalho do CREAS não deve ser apenas reativo, mas sim proativo em intervenções que estão ligadas aos sujeitos, pois, não é somente dentro da instituição, mas sim, levar para a comunidade a importância do trabalho de um(a) assistente social, apresentar quais as características de um profissional e quais suas articulações para o atendimento aos usuários.

Neste sentido, o trabalho deve sensibilizar não somente aqueles indivíduos que procura por um atendimento, mas, mostrar as ações para além dos atendimentos que o CREAS faz na instituição. Portanto, um contato com a comunidade, campanhas que façam menção ao dia alusivo ao combate à violência sexual, visitas ás escolas e entre tantas outras ações que contemple uma sensibilização geral para a população.

Entre os profissionais que realizam processos interventivos junto as crianças e/ou adolescentes, encontra-se o(a) Assistente social dentro da instituição que estão interligado com o atendimento no CREAS, essa articulação do profissional

assistente social com o CREAS exige um certo olhar mais detalhado e que atue com capacitação para qualificar as ações que permeiam na instituição.

Nessa direção, é importante que os profissionais tenham clareza quanto ao papel e competências do CREAS, bem como dos Serviços ofertados. É igualmente importante que haja compreensão da função e das atribuições dos profissionais da equipe. As rotinas administrativas precisam ser amplamente conhecidas, bem como os procedimentos, instrumentos e sistemática adotada para o registro de informações (BRASIL, 2011, p. 55).

Para a realização de um trabalho com efetividade e qualidade, o profissional assistente social que atua na instituição do CREAS precisa estar totalmente vinculado ao embasamento de como funciona o serviço de proteção e como é esse atendimento. Nos princípios da profissão, ter amplo conhecimento teórico e metodológico, que possibilite apreender a complexidade envolta nas situações de violência sexual e a partir disso construir estratégias efetivas de enfrentamento.

Desta forma, para o conhecimento do trabalho é preciso ter domínio com todos os procedimentos e recursos do CREAS, tornando assim uma forma facilitadora de trabalhar com todos os instrumentos da área para realização de tarefas.

As profissionais assistentes sociais do CREAS, no desenvolver de suas intervenções fazem o uso de diversos instrumentos e técnicas, como a visita domiciliar, a entrevista, a observação, relatório social, relatório de informação entre outros, a definição destes instrumentos e técnicas depende exclusivamente do objetivo que se quer alcançar (SOUZA, 2017, p. 08).

Neste sentido, é importante mencionar como os instrumentos de trabalho são estratégias que facilitam aos profissionais realizar uma intervenção com mais competência no momento de uma entrevista, ou uma visita domiciliar. As profissionais assistentes sociais, ao utilizarem suas ferramentas de trabalho possibilitam conhecer o modo de vida dos sujeitos e suas particularidades.

Na intervenção profissional do/a Assistente Social, a mediação possibilita a construção e reconstrução do objeto de intervenção profissional na busca de uma prática transformadora, possibilitando ao/a profissional uma atuação de forma crítica e transformadora às demandas da profissão (WEBER, 2018, p. 27).

Nessa perspectiva, os profissionais assistentes sociais possibilitam essa mediação de profissional com o usuário, demonstrando não somente seu lado

técnico, mas de forma a acolher o sujeito. A intervenção é utilizada em base na busca por resultados da prática, entre uma mediação de sucessivas aproximações com o real.

A intervenção profissional dos assistentes sociais dispõe de diversas possibilidades de instrumentais técnico-operativos, que além de serem necessários para a intervenção profissional, auxiliam na compreensão e no enfrentamento das demandas postas para o profissional.

Porém, não somente a dimensão técnico-operativa que está articulada com a formação do/a profissional assistente social. A forma como esse profissional atuará está ligada com as dimensões teórico- metodológica e ético-política que tem uma compreensão mais abrangente na hora da intervenção. Cada dimensão possibilita um arcabouço teórico com o sentido de desvendar e compreender a complexidade da violência sexual.

A dimensão ética está formada na perspectiva de imprimir valores, de entender os princípios de cada sujeito, visando sempre com o rompimento e a não culpabilização do sujeito. Porém é sempre importante lembrar que o/a profissional assistente social não pode ficar restrito a prescrição da política e sim ter a objeção de criar novas maneiras de atuar com o sujeito, tendo em prática diversos olhares criativos.

Enquanto acontece todo esse planejamento de efetivar novas formas de se trabalhar com o indivíduo, de não entrar somente em uma visão limitada ou reduzida, o profissional também precisa trabalhar com o momento de desligamento de vínculo com a criança e/ou adolescente. Esse desligamento está vinculado desde o momento que o sujeito entra na instituição para seu início de acompanhamento.

Deste modo, utiliza-se da dimensão técnico para se aplicar um dos momentos mais importantes tanto para o/a profissional quanto para o próprio sujeito que permaneceu por um período de atendimento.

deve-se assegurar proteção integral aos sujeitos atendidos, garantindo atendimento personalizado e em pequenos grupos, com respeito às diversidades (ciclos de vida, arranjos familiares, raça/ etnia, religião, gênero e orientação sexual). Tais serviços devem primar pela preservação, fortalecimento ou resgate da convivência familiar e comunitária - ou construção de novas referências, quando for o caso - adotando, para tanto, metodologias de atendimento e acompanhamento condizente com esta finalidade (BRASIL, 2011, p. 21).

Desta forma, o atendimento deve ser de total comprometimento com os sujeitos que necessitam de uma assistência da instituição. O atendimento de acordo com o “caderno de orientações técnicas do CREAS (2011)” o sujeito deve ter sua preservação e proteção garantido pelo(a) profissional que atua na instituição de forma acolhedora.

Assim, percebe-se que durante todo o processo de acolhimento, de sucessivas aproximações com os sujeitos, de intervenções relacionadas a cada demanda, por fim, um dos mais complexos momentos é o desligamento. Neste sentido, quando o desligamento acontece é um passo muito importante, pois, durante um longo percurso o indivíduo se fez presente na instituição acarretando vínculos marcantes tanto para os profissionais quanto para os sujeitos.

*O desligamento é muito difícil da gente conseguir, desligar uma família do serviço porque a política ela orienta que a família seja desligada quando houver a superação da situação de risco, so que quando que existe essa superação? Pra nós é muito difícil de identificar até porque é difícil das famílias saírem da situação de risco de fato ou mesmo da gente identificar, as que a gente atende aqui inclusive as de vulnerabilidade e ate mesmo econômica, não é somente de vulnerabilidade social, mas as que chegam pra nos é de vulnerabilidade econômica na maioria porque quem esta numa classe um pouquinho melhor não vai procurar o serviço publico (PROFISSIONAL 1).*

De acordo com a profissional 1, pode-se perceber que o desligamento é algo muito difícil para ambas as partes. Quando se trata de um caso onde o sujeito sofreu um abuso sexual e permaneceu por um longo período na instituição o desligamento torna-se algo preocupante, pois, nem sempre a criança e/ou adolescente pode ter uma aceitação favorável desse desligamento institucional.

*temos como base desligamento, a nossa maior prioridade é quando a gente percebe que a violência sessou naquela família, a criança não esta mais em risco, essa é a nossa maior prioridade né?! Que a aquela família conseguiu se organizar, aquela família se tornou protetiva para aquela criança ou pra aquele adolescente né?! E hoje ele esta em um ambiente seguro onde a gente tem certeza que ele não vai mais passar por nenhuma situação de violência, ate que se prove o contrario (PROFISSIONAL 2).*

Para a profissional 2, o desligamento já é algo vitorioso tanto para os próprios profissionais, quanto para o sujeito pois um passo muito importante na vida da criança e/ou adolescente acaba de acontecer. O desligamento no entanto só acontece quando a vida o indivíduo apresenta segurança para os profissionais que a

acompanham. Sendo assim, o ambiente que a criança vive transfigura-se em uma esfera de proteção.

É pertinente problematizar sobre o momento do desligamento, pois, de primeiro modo parte do pressuposto que a violência sexual demonstra-se cessante. Desta maneira é preciso manter um vínculo com essas crianças e/ou adolescentes com certo tempo de acompanhamento, mesmo que o acolhimento já tenha sido desligado. Neste sentido, como ter a certeza que não há nenhuma violência acontecendo? Será que existe um acompanhamento pós-desligamento da instituição com os sujeitos?

Os(as) profissionais nesta perspectiva de desligamento necessitam de um trabalho minucioso para a realização desta técnica, pois, é com sucessivas aproximações, visitas domiciliares que se contempla o trabalho e na sua grande maioria nem sempre torna-se possível por mais que o profissional busque por cumprir com suas intervenções, com visitas domiciliares, nem sempre será possível, muitas vezes essas profissionais não conseguem executar um trabalho com total finalização, pois, com a sobrecarga que as mesmas encontram-se algumas demandas acabam ficando para trás

*A gente sempre tem muitas conversas, por mais que em muitas vezes a gente não consiga se reunir enquanto equipe, mas nós temos conversas informais nos horários que sobra e a gente consegue conversar e planejar as nossas ações nessas conversas informais que muitas vezes são produtivas né?! E a gente consegue planejar pensando individualmente em cada usuário (PROFISSIONAL 2)*

Segundo o relato de um/a dos/as profissionais entrevistados/as do CREAS, há um obstáculo da equipe em conseguir reunir-se em um horário para debater sobre os casos pertinentes da instituição e os novos que também chegam diariamente, e debater sobre as demandas e as particularidade, possibilitando assim dificuldades em realizar com total propriedade seu trabalho.

Cabe destacar que, os obstáculos estão diariamente no trabalho das profissionais, hora é uma demanda nova que chega, hora são as dificuldades impostas e pertinentes que acarretam no atraso do trabalho, a finalização de um documento. Entre esses e outros diversos fatores que propiciam em obstáculos, encontra-se a sobrecarga da sua função.

Para Vieira (2015, p. 159) “a sobrecarga de trabalho que impossibilita ações interventivas planejadas e refletidas”. Neste sentido, quando existe uma sobrecarga do trabalho no dia a dia do profissional, torna-se provável que demandas serão deixadas de lado, para que outras possam ser executadas. Com essa sobrecarga que os profissionais assistentes sociais deparam-se, provavelmente o seu trabalho se transformara em uma precarização.

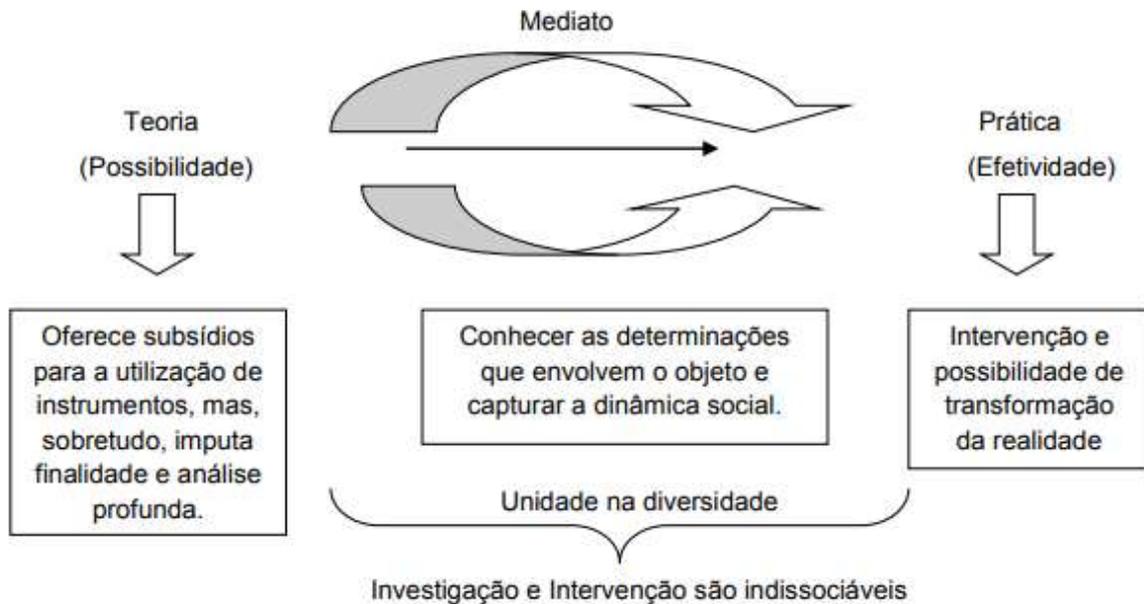
Desta maneira Vieira (2015, p.166) aborda que “as condições e relações de trabalho das equipes técnicas são profundamente atingidas pela precarização do trabalho, refletindo na autonomia profissional e no direcionamento ético-político das intervenções”.

*as intervenções profissionais elas são sempre baseadas assim, no que a gente vê na necessidade do serviço, o que o ministério nos traz enquanto embasamento teórico, o que nós temos de conhecimento acadêmico, eu acho que sempre a teoria e há prática tá muito ligado nas nossas intervenções, nos cursos que a gente faz, nas conversas que tem com a rede, então as nossas intervenções são ligadas nisso, sempre procurando unir a nossa prática com a teoria (PROFISSIONAL 2).*

A fala da profissional remete a um conceito em que a intervenção profissional, está ligada diretamente a rede de proteção que demanda um serviço prestado tanto do acadêmico, quanto do próprio profissional que está na atuação frequente da prática com a teoria. Nessa relação da prática com a teoria, várias vezes torna-se diferente do que vimos durante a formação acadêmica.

A mediação entre teoria e prática, ou seja, entre o conhecimento construído a partir das sucessivas aproximações com as teorias sobre a violência e a realidade na qual as crianças e adolescentes vivenciam as diversas expressões da violência sexual é um importante potencializador e desencadeador de ações profissionais criativas, éticas e comprometidas com a superação da violência (VIEIRA, 2015, p.168).

**Figura 1** - O processo de mediação teórico-prática nas ações interventivas do CREAS



Fonte: VIEIRA, 2015, p. 168.

Para Vieira (2015) a mediação entre a teoria e a prática, está muito mais ligada ao compreender as diversas expressões em que as crianças e/ ou adolescentes estão relacionadas. Neste sentido, a teoria e a prática elas se vinculam com o agir do profissional em captar a essência e a subjetividade das demandas relacionadas a cada indivíduo.

a teoria não é construção, mas reconstrução do movimento do real, ou seja, perseguição e expressão teórica do seu movimento, revelando tensões contidas na dinâmica da realidade, vinculadas à produção e reprodução do ser (SETUBAL, 2007, p. 02).

Portanto, para a autora essa mediação está relacionada em contribuir na intervenção profissional do/a Assistente Social, pois possibilita a compreensão dos fenômenos não como fatos isolados, mas como parte de um complexo social que sofre influências sociais, econômicas, políticas, ideológicas, culturais dentre outras. Vieira (2015, p. 169) 'a mediação entre teoria e prática possibilita desvelar o real em suas particularidades expressas na totalidade da vida social que é rica em determinações e conexões explicativas. Em cada intervenção do profissional assistente social, é preciso que o mesmo não acabe por ficar somente na demanda aparente, mas, ir além e interpretar cada situação. Cada sujeito desenvolve a sua

própria subjetividade, ou seja, os profissionais carecem de um aprofundamento que mapeiem a aparência para então chegarem à essência do indivíduo.

O reconhecimento do papel e a delimitação das competências do CREAS podem ser fortalecidos com o mapeamento da rede e construção de fluxos e protocolos intersetoriais de atendimento, com definição de papéis e responsabilidades. Esta construção pode, inclusive, contribuir para identificar lacunas e, até mesmo, conflitos de papéis e competências na rede (BRASIL, 2011, p. 26).

Partindo desse entendimento do reconhecimento profissional, em que o assistente social busca por motivos que clareie as suas análises para a definição de cada demanda apresentada ao CREAS. Podemos também ligar pontos que se tornam importantes nessa construção e fortalecimento de vínculos entre o sujeito e o profissional. Entre as competências dos profissionais encontram-se as categorias intersetorialidade e a mediaticidade.

Assim como a equipe do CREAS conta com profissionais assistentes sociais qualificados para a efetuação de um trabalho que torne-se significativo para a população, o psicólogo também exerce essa função de forma valorosa para o enfrentamento de adversidades na instituição.

Reconhecemos, portanto, que o trabalho desenvolvido por psicólogos(as) (os) na Política de Assistência Social apresenta especificidades enquanto prática no campo das políticas sociais, a qual a Psicologia se insere com reconhecido valor. Desta forma, o questionamento e a reflexão a respeito desta atuação são ferramentas essenciais para construir e qualificar a identidade profissional da categoria baseada nos compromissos que assumimos neste campo, nos entendimentos que vêm se tecendo no coletivo com diferentes categorias e na aliança com os usuários e segmentos de defesa de direitos sociais (BRASIL, 2016).

Devido ao trabalho do/a psicólogo/a ser de suma importância para qualquer área de atuação, o CREAS tende a ser uma das principais fontes de trabalho, pois, na sua conjunção interna existe várias demandas a serem trabalhadas. O psicólogo consegue uma interação mais detalhada de cada assunto, um ligamento onde se reconhece cada valor do sujeito.

Para a composição da equipe do CREAS também consta a inserção do(a) advogado(a) que tem como base toda a parte burocrática da instituição. “Nessa direção, ainda, a orientação sócio-jurídica por parte do advogado, que compõe a equipe do CREAS, pode contribuir, sobremaneira, para o acesso dos usuários ao sistema de defesa e responsabilização, quando for o caso”. (BRASIL 2011, p.32).

Desta forma, a contribuição do(a) advogado(a) torna-se muito importante tanto para a equipe quanto para a área que trata do sócio-jurídico. Para o rendimento da instituição, é preciso que o profissional contratado para atuar no CREAS esteja na linha de qualificação técnica tornando-se compatível para uma atuação condizente para os recursos ofertados.

A inserção do(a) pedagogo(a) ofertado para a composição da equipe técnica do CREAS, mostra uma equipe que some para a infra-estrutura necessárias para comportar este redimensionamento do trabalho qualificado. O(a) pedagogo(a) por ser um profissional competente para atuar com crianças e/ou adolescentes, abrange uma capacitação de uma melhor interação com os sujeitos realizando um trabalho qualificado.

A instituição de São Borja, não conta com uma equipe completa vista por Lei, o CREAS no momento trabalha sem um(a) Advogado(a) dentro da instituição, não tem a ajuda de um(a) pedagogo(a) para o trabalho com as crianças e/ou adolescentes. A importância dessa equipe estar totalmente fechada soma para um atendimento de alto padrão, onde os principais beneficiados são o indivíduos.

Para que o trabalho em conjunto dos profissionais possa ser lançado com total clareza é preciso que haja uma intersetorialidade em ambas as partes dos técnicos que atuam em união.

A intersetorialidade é uma categoria que busca por aproximar as amplas redes de trabalho que visam contribuir para a população que necessita de um atendimento envolvendo profissionais coerentes e capacitados. Para Warschauer e Carvalho (2014, p. 193) “a intersetorialidade é a articulação entre sujeitos de setores diversos, com diferentes saberes e poderes com vistas a enfrentar problemas complexos”.

Diante disso, é possível compreender sua real função e analisar que a intersetorialidade se faz por meio de conjuntos profissionais. Para o autor Campos e Faleiros (2000, p. 65): “afirmam que a intersetorialidade e o trabalho em rede consistem em um processo organizado e coletivo, portanto, não é espontânea”. Nesta visão, refere-se ao que podemos nomear de um conjunto que propõe trabalhar com a integralidade e subjetividade de cada indivíduo, respeitando sempre o trabalho em rede que estão envolvidos e às particularidades de cada participante. Nesta perspectiva:

[...] intersetoriais têm se mostrado como uma estratégia importante na busca de novos modelos organizacionais e pode ser entendida como uma articulação de saberes e experiências no planejamento, realização e avaliação de políticas, programas e projetos dirigidos a comunidades e a grupos populacionais específicos, num dado espaço geográfico, com o objetivo de atender as suas necessidades e expectativas de forma sinérgica e integral (WARSCHAUER e CARVALHO, 2014, p.193).

Desta forma, a intersetorialidade abrange uma lacuna de inúmeros interesses profissionais, o de buscar respostas que se articulem com os objetivos de cada sujeito. A intersetorialidade propõe troca de saberes e experiências entre grupos que estejam correlacionados em atender as demandas de cada instituição e focalizada nas ações das políticas públicas.

A intersetorialidade incorpora a idéia de integração, de território, de equidade, enfim dos direitos sociais; é uma nova maneira de abordar os problemas sociais. Cada política social encaminha a seu modo uma solução, sem considerar o cidadão na sua totalidade e nem a ação das outras políticas sociais, que também estão buscando a melhoria da qualidade de vida (JUNQUEIRA, 2004, p. 27).

Neste sentido a intersetorialidade atua no contexto do trabalho profissional, na gestão, procurando sempre torna-se necessário o entendimento da categoria e prática das esferas participantes. Desta forma, a intersetorialidade liga os recursos que cada esfera participante busca seus resultados, visando sempre o respeito e a integralidade.

Trabalhando esse viés de relações entre as esferas competentes de cada setor ligado com a relação sujeito profissional, encontramos também outra categoria a mediaticidade e suas principais funções para a execução de um trabalho que vincule todas as categorias profissionais. Para Weber (2018, p. 43):

O deciframento da realidade é indispensável na medida em que tal movimento possibilita ultrapassar o campo da imediaticidade na busca pela compreensão de mediações determinantes na constituição dos fenômenos sociais.

Para Vieira (2015, p. 169) “os/as profissionais estabeleçam conexões entre as expressões imediatas, o conhecimento teórico, as mediações da rede de proteção, mas também com o ato investigativo no sentido de identificar as múltiplas determinações e as singulares que se expressam no cotidiano”. A mediaticidade,

procura objetivar o conhecimento profissional, e como a atuação se faz fundamentada em atender cada demanda apresentada.

[...] a prática profissional assume diferentes orientações e características em decorrência do nível de receptividade do mundo exterior pela consciência. Como na cotidianidade tende a prevalecer a conexão imediata entre pensamento e ação, a imediaticidade é a categoria reflexiva que orienta a prática profissional quando o nível de consciência do assistente social atém-se à certeza sensível, ou à percepção ou ao entendimento (COELHO, 2008, p. 12).

Neste sentido, conforme a autora a prática profissional está diretamente relacionada com cada demanda atribuída à instituição. A Mediaticidade, tende analisar o contexto sóciohistórico de cada indivíduo, isto é, o profissional assistente social utilizando sempre da sua escuta sensível e sua percepção prática diante á subjetividade de cada sujeito.

Em cada demanda que o CREAS recebe existe uma complexidade em cada caso, o que torna-se diferente um do outro, desta maneira, é preciso que se realize estratégias entre os/as profissionais para que os sujeitos sintam-se de maneira acolhida. Diante ás complexidades que a instituição recebe, a violência sexual contra crianças e/ou adolescente evidencia-se em uma nova preocupação na demanda, pois é preciso analisar todas as características que estão interligadas ao caso.

*Acaba que a violência ela as vezes é uma coisa cultural da educação dessas famílias como tu disse, esse pai, essa família acredita que isso seja correto que a mulher se submete porque foi criada assim e que a gente só vai conseguir perceber um impacto de transformação la na frente porque a gente trabalha com essas crianças e com essa família, mas como é difícil mudar a cultura dos adultos dos que já tem uma formação, uma opinião formada as crianças que elas vão transformando né?! Que elas vão mudando e se transformando e vão mudando a sua formação o seu jeito de agir e fazer da sua família na forma como vai se constituindo o seu fazer no mundo (PROFISSIONAL 1)*

Contudo é importante mencionar que a profissional 1 aborda a complexidade na forma de como essa criança e/ou adolescente teve sua formação concretizada. Cada individuo tem sua maneira de ver as coisas da maneira como sua família lhe ensinou e, fazer uma mudança sobre esses ensinamentos torna-se algo complexo.

Em vista disso, a complexidade de cada demanda faz com que o/a profissional crie estratégias, cada trabalho realizado pelo/a profissional dependerá

sempre dele mesmo o que na maioria das vezes poderá acarretar em estratégias ou dificuldades.

*a gente já teve muito sucesso em vários casos das nossas intervenções, quando a gente conseguiu ter a intervenção de afastar essa criança do núcleo familiar ou de afastar o abusador do núcleo familiar, ou de simplesmente fazer o acompanhamento desta criança aqui dentro do CREAS, e fazer o acompanhamento desta família, a gente teve muito sucesso eu acho que são intervenções que quando a família está disposta junto com a gente a contribuir e a somar com o nosso trabalho, a gente consegue muitos frutos, das nossas intervenções (PROFISSIONAL 2)*

Diante a fala da profissional 2 é possível notar que inúmeras das demandas que a instituição recebeu obteve grandes resultados, porém, não pode-se mencionar que não tenha existido dificuldades nesses atendimentos. Nesta percepção de que o/a profissional utilizou recursos para que a demanda tenha sido realizada com sucesso entra em jogo as potencialidades de cada profissional.

Ao analisar todas as barreiras que um profissional enfrenta para a atuação de seu trabalho, foi possível identificar inúmeras superações e dificuldades onde várias pessoas entram em concordância e discordância, pois existe um trabalho sendo realizado, esse trabalho em rede torna-se o principal eixo da engrenagem para uma atividade desenvolver seu exercício com eficácia, mesmo que numerosas discordâncias possam existir durante o trajeto profissional.

Diante á todos os dados que foram colhidos para a construção da pesquisa, houve momentos divergentes para o recolhimento de dados, situações que nem sempre se tornaram fáceis, porém, em outros houve clarezas em respostas da violência sexual contra crianças e/ou adolescentes.

Desta forma, é importante qualificar todos os processos que estiveram em intervenção para a composição do estudo, identificando as formas como os dados foram recolhidos, as barreiras enfrentadas para os resultados alcançados. Durante esse percurso do trabalho inúmeras preocupações surgiram, fazendo com que ocorre-se um ânimo para a busca por respostas em que muitas vezes não houvessem resultados.

Relacionando o cenário da pesquisa da violência sexual contra crianças e/ou adolescentes, foi abordado alguns destaques principais do abuso sexual como: o machismo, o patriarcado, as desigualdades sociais e de gênero e entre tantas outras particularidades relacionadas á violência. Portanto, foi a partir da compreensão

histórica dos fenômenos envolvidos neste longo processo que cada dia surge um novo acometimento dos fatos de abuso sexual.

Desta maneira, identificaram-se desafios que propuseram obter uma visão mais crítica da situação nas buscas pelo recolhimento dos dados. Em alguns momentos ocorreram dificuldades nas trocas dos(as) profissionais com a pesquisadora no momento do recolhimento dos dados no CREAS. Dificuldades essas que tornariam o trabalho mais enobrecido em informações.

Durante todo o percurso do trabalho, foram apresentadas discussões embasadas em análises de entrevistas com roteiro norteador, e a partir desse contexto de trocas de conhecimentos, foi possível evidenciar o quão complexo e desafiador é a busca por dados que correspondam para essa materialização.

Na sequência apresentam-se as considerações finais, onde serão retomadas algumas reflexões em relação ao tema estudado e aos resultados da pesquisa no que refere-se aos objetivos e a problemática do estudo.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas leituras realizadas até o momento e de acordo com o tema deste estudo e suas delimitações foi possível identificar as várias formas e características da violência sexual.

Considerando as principais discussões levantadas no decorrer deste trabalho, no que se refere aos objetivos e á problemática de estudo, ressalta-se a importância de evidenciar os principais pontos de discussão. Desta forma a violência sexual contra crianças e/ou adolescentes pode ser compreendido enquanto uma violência que ocorre dentro do ambiente familiar, sendo assim, caracterizada como intrafamiliar.

Destaca-se também que o trabalho utilizou de discussões que abordassem como essas violências vêm ultrapassando décadas e décadas até os dias atuais. Sendo assim, foi possível compreender que a violência na sua mais obscuridade é um fator onde acarreta relações de poder de um sujeito com relação a outro sujeito.

Este estudo propiciou identificar as seguintes determinações da violência sexual intrafamiliar como as relações de poder, medo, machismo, patriarcado, a ameaças, o trabalho conteve com alguns elementos que permitiram uma busca mais detalhada para o recolhimento dos dados relacionados com o CREAS, como a instituição está presente na vida dos sujeitos, como as intervenções profissionais estão relacionadas diante á complexidade da violência sexual intrafamiliar.

Todas as reflexões realizadas neste trabalho demonstram a complexidade da problemática da violência sexual contra crianças e adolescentes no âmbito intrafamiliar. Diante a todas as percepções que foram alavancadas para a pesquisa, pode-se perceber que muitas das determinações surgiram alguns percalços para a conclusão.

Portanto, ao abordar o tema desse trabalho foi preciso entender que a violência sexual ela não tem religião, não tem etnia, não consta somente na periferia das cidades e que muitas famílias de classes mais conceituadas também podem sofrer esse abuso sexual. Ao abordar toda a trajetória de como a violência possa vir acontecer, foi preciso ter um embasamento profissional de pessoas que atuam com essas demandas diariamente.

Essas percepções de como a violência acontece, de qual o grau de complicações que podem vir a ter na vida do sujeito, só foram possíveis por

levantamento de dados bibliográficos e entrevistas com profissionais que trabalham no Centro de Referência Especializado de Assistência Social. Ao aplicar a técnica de entrevista com os/as profissionais foi viável compreender como esse trabalho realizou-se.

Considerando esse apanhado de respostas a favor da contribuição da pesquisa em destaque possibilidades e percalços foram aparecendo. Em hora a pesquisa tornava-se uma contribuição teórica para responder as inquietações que o próprio trabalho iria mostrando, em outros momentos às circunstâncias eram outras, pois não foi possível efetuar a entrevista com todos os profissionais do CREAS.

A busca por entender qual era a percepção dos/as profissionais sobre a violência sexual tinha o intuito de transferir os conhecimentos, os saberes e as propriedades que um/a profissional assistente social carrega. Por isso, a entrevista surgiu como uma ferramenta importantíssima para essa troca de saberes.

Em virtude de toda essa dimensão de possibilidades e impossibilidades que ao longo da pesquisa surgiram, compreender as situações na sua total conjuntura muitas vezes não se torna possível. Quando iniciamos o percurso da formação acadêmica, aprendemos que a Ética é fundamental para se exercer uma profissão nos parâmetros básicos do Serviço Social.

Ao longo da formação acadêmica aprendemos que o Assistente Social não pode ficar restrito a prescrição da política, mas que é preciso como profissional estar sempre atualizando seus entendimentos e suas técnicas de trabalho, demonstrando seu olhar crítico e criativo, viabilizando assim um trabalho que demonstre aos sujeitos um acolhimento para a comunidade.

Por isso, escrever sobre o tema da violência sexual contra crianças e adolescentes, levou a procurar a percepção dos/as entrevistados/as, propiciando então a apreensão de suas particularidades, contribuindo para um novo entendimento da pesquisadora com o seu trabalho, e em cada troca de saberes resultou em um conhecimento profissional futuro.

Desta forma, o presente trabalho soma-se as produções existentes, com o propósito de fortalecer as bases teóricas do Serviço Social em relação ao tema da violência sexual contra crianças e/ou adolescentes no âmbito intrafamiliar. E a partir desse movimento de trocas, juntamente com a qualificação dos profissionais que atuam no CREAS foi possível produzir conhecimentos para dentro da pesquisa e

relacionando enfrentamentos que repercutiram para a soma de todas as descobertas.

Ainda referente ao CREAS, lugar escolhido como estratégia de recolhimento de dados para a composição da pesquisa, foi possível analisar que a formação técnica da instituição, não corresponde totalmente com as normas do caderno de orientações técnicas do CREAS. A composição para se atuar na instituição, prevê que o/a coordenador(a) precisa ser formado(a) no propósito da assistência social e não com outra formação que não seja dos parâmetros legais.

Neste sentido, ao tentar utilizar a técnica de entrevista com o/a profissional, não pode ser praticável, pois, o/a mesmo/a não se integrou na discussão por motivos de não integralidade com os fatos ocorridos na instituição. Conseqüentemente características como essas não somam de forma produtiva para o CREAS e sim de um enfrentamento de dificuldades que transfere para toda a equipe técnica do local.

Relacionando as impossibilidades da entrevista, surgiu algumas contribuições para o estudo, pois, é partindo desse pressupostos de não integralidade com os sujeitos, que o profissional assistente social não deve se espelhar e sim procurar enquadrar-se sempre em um viés de fortalecimento, juntamente com toda equipe técnica qualificada para atuar com as demandas que o CREAS recebe.

Por fim a construção deste trabalho tornou-se muito importante para a formação da acadêmica do curso de serviço social, pois se constituiu em momentos de aprofundamento de conhecimento sobre o tema em questão, tornando possibilidades de visão mais ampla sobre os determinantes da violência sexual contra crianças e/ou adolescentes no âmbito intrafamiliar e, motivando o quão difícil é trabalhar com um tema de cunho importantíssimo. A violência sexual contra crianças e/ou adolescentes mostrou para a pesquisadora que, a violência pode direcionar a vida do sujeito pra lados sombrios e para lados da resiliência, pois é a partir de um novo recomeço que vitimas desse abuso podem seguir suas vidas na intenção de enfrentamento.

Acredita-se que este trabalho futuramente pode servir para outros pesquisadores que atribuíram à violência sexual em suas pesquisas para uma continuidade a respeito de novas produções em áreas relacionadas a direitos humanos. Aos profissionais na área de atuação e par os novos profissionais que surgem a cada ano, essa pesquisa contribuirá para compreender o quanto esse

fenômeno é complexo e desafiador, desencadeando uma série de risco e barreiras a se enfrentar. Este trabalho também se torna pertinente na medida em que apresenta sugestões para o enfrentamento, rompimento da violência sexual contra crianças e/ou adolescentes no âmbito intrafamiliar.

## REFERÊNCIAS

ABRAPIA – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA MULTIPROFISSIONAL DE PROTEÇÃO A INFÂNCIA E À ADOLESCÊNCIA. **Abuso sexual – mitos e realidade**. Petrópolis: Autores & Agentes & Associados, 3ª Ed., Abrapia, 2002.

AMAZARRAY, Mayte R.; KOLLER, Silvia Helena. Alguns aspectos observados no desenvolvimento de crianças vítimas de abuso sexual. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, 1998, v.11, n.3, p.559-578.

ANTONI, De Clarissa; YUNES, Maria Agela Mattar; HABIGZANG, Luisa; KOLLER, Silvia Helena. Abuso Sexual extra familiar: percepções das mães de vítimas. **Estudos de psicologia**. Campinas. v. 28, n. 1, p. 97-106, jan-mar, 2011.

BLANCHARD, J. **Sexual exploitation**. In. Congresso Against the Sexual Exploitation of Children, 1996, Brasília, Brasil.

BORGES, Jeani Lessinger. DELL' AGLIO, Debora Dal Bosco. Relações entre abuso sexual na infância, transtorno de estresse pós – traumático (TEPT) e prejuízos cognitivos. **Psicologia em estudo**, Maringá, v.13, n.2, p.371- 379, abr-jun.2008.

BOURIGUIGNON, Jussara Ayres. A particularidade histórica da pesquisa no serviço social. **Ver. Katal**. Florianópolis v.10 n. esp. p. 46 – 54, 2007.

BRASIL. **Caderno de orientações do CRP SP para atuação de psicólogos (os) na Assistência social**. Brasília, s/d.

\_\_\_\_\_. **Dados do disque 100**. Balanço das denúncias e violação dos direitos humanos de 2016. Brasília, 2016.

\_\_\_\_\_. **Abuso sexual contra crianças e adolescentes/ABRAPIA**. Petrópolis RJ: editora autores & agentes & associados, 2002.

\_\_\_\_\_. **Organização Mundial da Saúde (OMS)**. Portal da Saúde. Vigilância de Violência e Acidentes. 06 de Setembro de 2017. Disponível em: <<http://portalms.saude.gov.br/vigilancia-em-saude/vigilancia-de-violencias-e-acidentes-viva/vigilancia-de-violencias/viva-sinan>>. Acesso em: 14 agos 2018.

\_\_\_\_\_. **Cartilha Ministério Público Federal Procuradoria da República em Mato Grosso do Sul**. Disponível em:<<http://www.mpf.mp.br/ms/sala-de-imprensa/docs/2018/cartilha-virtual-abuso-sexual>>. Acessado em: 28 agosto 2018.

BRASIL. **Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes**. Brasília, 2013.

\_\_\_\_\_. **CODIGO PENAL BRASIL.** Decreto-Lei nº 2.848 de 07.12.1940 alterado pela Lei nº 12.015, de 2009.

\_\_\_\_\_. **CODIGO PENAL BRASIL.** Decreto-Lei nº 2.848 de 07.12.1940 alterado pela Lei nº 13.445, de 2017.

\_\_\_\_\_. **Secretaria Nacional de Assistência Social Ministerio do Desenvolvimento e Combate à Fome.** Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – (CREAS). Brasília, 2011. Gráfica e Editorra Brasil LTDA.

CARDIN, Valeria Silva Galdino. MOCHI, Tatiana de Freitas Giovanini. **Das políticas públicas de prevenção no combate a violência intrafamiliar praticada contra a criança e o adolescente.** s/d

CAMPOS, J. de O., & FALEIROS, E. T. S. **Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças.** USP, São Paulo, 2000.

COELHO, Marilene Aparecida. **Imediaticidade na pratica profissional do assistente social.** UFRJ, Escola de Serviço Social, 2008.

COHEN, Claudio; GOBBETTI, Gisele Joana. **O incesto: o abuso sexual intrafamiliar.** USP, São Paulo, 2000.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia.** Ed. Atica, São Paulo, 2000.

DEMOS, E. V. Resiliency in infancy, (1989). IN: T. F. Dugan, & R. Coles (Eds.), **The child in our times.** Studies in development resiliency (pp. 3-22). New York: Bruner/Mazel.

DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa social: teoria método e criatividade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

FALEIROS, Vicente de Paula. A violência sexual contra crianças e adolescentes e a construção de indicadores: a crítica do poder da desigualdade e do imaginário, cap. I. In: LEAL, Maria de Fátima Pinto; CÉSAR, Maria Auxiliadora. **Indicadores de Violência Intra-Familiar e Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes.** CECRIA – Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes, 1998.

FAZENDA, Ivani. **O que é interdisciplinaridade?.** São Paulo: Cortez, 2008.

FERRARI, Dalka Chaves de Almeida; VECINA, Tereza. C. C. **O fim do silêncio na violência familiar: teoria e pratica.** São Paulo: Ágora, 2002.

FIGUEIREDO, Karina. BOCHI, Shirley B. B. **Violência Um fenômeno complexo**. Karina Figueiredo, secretária técnica do Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes (CECRIA). s/d.

Florentino, Bruno Ricardo Bérghamo. As possíveis consequências do abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes. **Fractal: revista de psicologia**, v.27, n.2, p.139-144, maio – ago. 2015.

GABEL, Marcelino. **Crianças vítimas de abuso sexual**. São Paulo: Summus (1997).

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

Gil, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, Maria José. **Aumentar a resiliência das crianças vítimas de violência**. *Análise Psicológica*. v. 2, n. 2, p. 23-30, 2007.

GUERRA, Yolanda. **A dimensão investigativa no exercício profissional**. p. 01-19, s/d.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e Formação Profissional**. Cortez: São Paulo, 2005.

IBIAPINA, Aricelma Costa; ROCHA, Genylton Odilon Rêgo. **Políticas Públicas de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes no Brasil e no Maranhão**. 2013.

JUNQUEIRA, Luciano A. Prates. A gestão intersetorial das políticas sociais e o terceiro setor. **Saúde e sociedade**. v.13, n. 1, p. 25-36, jan-abr, 2004.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

KOSIK, Karel. **A dialética do Concreto**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

LEMAY, M., (1999). **Réflexions sur la résilience**. In: Souffrir et se Construire, pp. 83-105, Ramonville: Edition Érès.

LIBÓRIO, Renata Maria Coimbra; SOUSA, Sônia M. Gomes (org). **A exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil: reflexões teóricas, relatos de pesquisas e intervenções psicossociais**. SP: Casa do Psicólogo, 2004; Goiânia, GO: Universidade Católica de Goiás, 2004.

MADANES, Cloé. **Sexo, amor e violência: Estratégias para a transformação**. Campinas: Editorial Psy, 1990.

MARTINS, Rosimeire de Carvalho. Abuso Sexual e Resiliência: Enfrentamento as Adversidades. **Revista Mal – Estar e Subjetividades**. vol. XI, nº 2 – p.727 – 750, Jun, 2011.

MINAYO, M. C. de S. e SOUZA, E. R. de. **Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva**. *História, ciências, saúde – Manguinhos*, IV(3): 513/531, 9 nov. 1997-fev. 1998.

MIOTO, Célia Regina. Família, trabalho com famílias e Serviço Social. **SERV. SOC. REV.**, LONDRINA, v. 12, n.2, p. 163-176, jan-jun. 2010.

MELILLO, Aldo Ojeda. Élbio Nestor Suárez. **Resiliência: Descobrimos as próprias fortalezas**. São Paulo: Artmed, 2005.

MORAES, Carlos Antonio de Souza. A particularidade da dimensão investigativa na formação e prática profissional do assistente social. **Serv. Soc. Soc.**. n. 122, p. 294 - 316, abr-jun, 2015.

MOREIRA, Maria Ignez Costa. SOUZA, Sônia Margarida Gomes. **Violência Intrafamiliar contra crianças e adolescentes: do espaço privado à cena pública**. Ano XV – Nº 28 – 2012.

MICHAUD, Y. **A violência**. Tradução L. Garcia. São Paulo: editora àtica, 1989.

ODALIA, Nilo. **O que é violência**. São Paulo: editora brasiliense, 2004.

OLIVEIRA, Jacson Caprini de. MARTINS, Felipe Antunez. **As variadas facetas da violência**. p. 01 – 15, 2014.

ORTIZ, Rodrigo Rodrigues. **A interferência da violência estrutural na construção da identidade social: contribuições do Serviço Social no processo de empoderamento dos sujeitos**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Pampa, São Borja 2016.

PEDERSEN, Jaina Raqueli. Vitimização e vitimização de crianças e adolescentes: expressão da questão social e objeto de trabalho do serviço social. **Revista Texto & Contextos Porto Alegre**. v. 8, n.1, p. 104-122, jan-jun, 2009.

ROLIN, Ana Carine Arruda. MOREIRA, Gracyelle Alves Remigo. CORRÊA, Carlos Roberto Silveira. VIEIRA, Luiza Jane Eyre de Souza. **Subnotificação de maus – tratos em crianças e adolescentes na atenção básica e análise de fatores associados**. Rio De Janeiro, v.38, n.103, p.94-804, out-dez, 2014. Disponível em: <[http://www.researchgate.net/publication/284494727\\_Subnotificacao\\_de\\_maus-tratos\\_em\\_crianças\\_e\\_adolescentes\\_na\\_Atencao\\_Basica\\_e\\_analise\\_de\\_fatos\\_associados](http://www.researchgate.net/publication/284494727_Subnotificacao_de_maus-tratos_em_crianças_e_adolescentes_na_Atencao_Basica_e_analise_de_fatos_associados)>. Acessado em: 10 de outubro de 2018.

ROMANELLI, G. **Famílias de classes populares: socialização e identidade masculina**. São Paulo; USP, 1997.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Contribuições Feministas para o estudo da violência de gênero. Cadenos Pagu. v. 16, 2001, p. 115 – 136.

SANDERSON, Christiane. **ABUSO SEXUAL em Crianças:** Fortalecendo Pais e Professores para Proteger Crianças Contra Abusos e Pedofilia. São Paulo, 2005.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **Globalização e interdisciplinaridade:** o currículo integrado. Tradução Cláudia Schilling. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

SILVA, Fabíola de Oliveira. **Capacidade de resiliência em crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual.** Brasília, 17 de junho de 2004.

SILVA, Vivian da Veiga. Sociedade Cultura e Violência. In: BRASIL. **Espanção em mato grosso do sul capacitação das redes locais cadernos de textos.** Brasília, 2012.

SILVA, Maria Jacinta. **FAMÍLIA E POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:** o debate entre a provisão dos mínimos sociais e a as necessidades básicas. São Luís – MA, 2007.

SILVA, José Fernando Siqueira. **O método em Marx e o estudo da violência estrutural.** UNESP de franca. Disponível em: <http://www.franca.unesp.br/O%20Metodo%20em%20Marx.pdf>. Acesso em: 02 de setembro, 2018.

SETUBAL, Aglair Alencar. Desafios à pesquisa no Serviço Social: da formação acadêmica à prática profissional. **Ver. Katál. Florianópolis**, v. 10, n. esp., p. 64-72 2007.

SCOBERNATTI, G. **Violência intrafamiliar:** teoria e prática – uma abordagem interdisciplinar. Pelotas: Armazém Literário, 2005.

SOUZA, Tainah de Melo. Projeto de Intervenção: **Grupo de adolescentes “entre meninas”.** Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA, São Borja, 2018.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução a pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VIEIRA, Monique Soares. **A interface entre a violência sexual contra crianças e adolescentes e a violência de gênero:** notas críticas acerca do cenário do município de Porto Alegre. Universidade Federal do Tocantins. 2012.

VIEIRA, Monique Soares. **Rompendo o silêncio:** o enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil no âmbito dos CREAS tocantinenses. Porto Alegre: 2015.

VIVARTA, Veet. **O grito dos inocentes**: Os meios de comunicação e a violência sexual contra crianças e adolescentes. São Paulo: Cortez, 2003.

WARSCHAUER, Marcos. CARVALHO, Yara Maria de. O conceito “intersetorialidade”: *contribuições ao debate a partir do programa de lazer e saúde da prefeitura de Santo Andre/SP*. **Saúde soc.** São Paulo, v.23, n.1, p.191 – 203, 2014.

WEBER, Marcela Furquim. **O ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR: UM SEGREDO NÃO REVELADO**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA, São Borja, 2008.

## APÊNDICE

### Formulário de entrevista

1. Para você o que é violência sexual contra crianças e adolescentes?
2. Quais são as principais expressões de violência sexual contra crianças e adolescentes atendidas pelo CREAS?
3. Na sua opinião, quais são as particularidades da violência sexual assumidas no cenário do município de São Borja? Como o CREAS atua diante essas particularidades?
4. Quais são os impactos gerados pela violência sexual? (curto, médio e longo prazo). Como isso que isso se influencia no desenvolvimento da criança e/o adolescente?
5. Como acontece o atendimento do CREAS às crianças e adolescentes e suas famílias em situação de violência sexual intrafamiliar? (como se da denúncia, acolhimento, acompanhamento – técnicas e instrumentos – construção do PIA, e desligamento, atendimento o autor- como deveria ser? Quais suas sugestões?
6. Como vem sendo construídas as intervenções profissionais do CREAS? E como são planejadas essas ações?
7. Na sua opinião, quais os impactos das intervenções no processo de rompimento da violência sexual intrafamiliar?
8. Como acontece a interdisciplinaridade entre os profissionais do CREAS?
9. Quais os desafios enfrentados pelos/as profissionais do CREAS diante a complexidade da violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes?
10. Na sua opinião, como você avalia o trabalho desenvolvido pelo CREAS? Aponte obstáculos (relação com a rede de proteção, estrutura física, material, recursos humanos, relações institucionais e políticas, potencialidades e possibilidades de superação das dificuldades).